

# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 029

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 29 DE MARÇO DE 2001

ANO XXVII

## Mesa Diretora

**HERMAS BRANDÃO**

Presidente - PTB

**ELIO RUSCH**

1º Vice-Presidente - PFL

**IRINEU COLOMBO**

2º Vice-Presidente - PT

**AUGUSTINHO ZUCCHI**

3º Vice-Presidente - PSDB

**VALDIR ROSSONI**

1º Secretário - PTB

**ANTONIO ANIBELLI**

2º Secretário - PMDB

**CESAR SELEME**

3º Secretário - PPB

**EDNO GUIMARÃES**

4º Secretário - PSL

**NELSON GARCIA**

5º Secretário - PFL

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

## Lideranças

<i>Líder do Governo</i> .....	<i>Durval Amaral</i>
<i>Líder da Oposição</i> .....	<i>Waldyr Pugliesi</i>
<i>PTB</i> .....	<i>Algaci Tulio</i>
<i>PFL</i> .....	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i> .....	<i>Sérgio Spada</i>
<i>PMDB</i> .....	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i> .....	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i> .....	<i>Hermes Fonseca</i>
<i>PDT</i> .....	<i>Luiz Carlos Zuk</i>
<i>PSL</i> .....	<i>Edno Guimarães</i>
<i>PST</i> .....	<i>Divanir Braz Palma</i>
<i>PL</i> .....	<i>Serafina Carrilho</i>
<i>PSB</i> .....	<i>Moysés Leônidas</i>

## Representação Partidária

*PFL - 10: Custódio da Silva - Basílio Zanusso - Chico Noroeste - Cleiton Kielese - Durval Amaral - Elio Rusch - Marcos Isfer - Nelson Garcia - Nelson Tureck - Plauto Miró Guimarães; PTB - 10: Ademar Traiano - Algaci Tulio - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Justus (licenciado) - Ricardo Chab - Valdir Rossoni - Tiago Amorim Novaes; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PSDB - 06: Augustinho Zucchi - Beraldin - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro - Renato Gaucho - Sérgio Spada; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PSL - 04: Antonio Carlos Belinati - Edno Guimarães - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; PDT - 02: Eli Ghellere - Luiz Carlos Zuk; PL - 02: Antonio Baratter - Pastor Edson Praczyk (licenciado) - Serafina Carrilho; PSB - 02: Moysés Leônidas - Ricardo Maia; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama; PSC - 01: Miltinho Pupio.*

**Atos da Presidência:**

A Mesa da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, promulga nos termos o § 3º do Artigo 64, da Constituição Estadual a seguinte:

**EMENDA A CONSTITUIÇÃO  
DO ESTADO DO PARANÁ  
EMENDA Nº 08**

Artigo Único - Acrescenta parágrafos 10 e 11 ao art. 133, Título IV, Capítulo III, dos Orçamentos com a seguinte redação:

“Art. 133 - .....

§ 10 - Ao Poder Legislativo é assegurada autonomia financeira e administrativa e a sua proposta orçamentária será elaborada dentro do limite percentual das receitas correspondentes aos demais Poderes, a ser fixada na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

§ 11 - Os recursos a que se referem o art. 136, serão repassados, com base na receita em duodécimos e ser-lhe-á entregue até o dia 20 de cada mês, corrigidas as parcelas na mesma proporção do excesso de arrecadação”.

Sala das Sessões, em 14.03.2001.

(aa) HERMAS BRANDÃO

Presidente

VALDIR ROSSONI

1º Secretário

ANTONIO ANIBELLI

2º Secretário

**RESOLUÇÃO Nº 003/2001**

**Súmula:**

Prorroga por 30 (trinta) dias a contar de 1º de abril, o prazo contido no art. 4º da Resolução 10/2000 para apresentação de emendas de Revisão Constitucional.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo nos termos do artigo 73, da constituição Estadual combinado com o artigo 123, do Regimento Interno, a seguinte resolução:

Art. 1º - Fica prorrogado por 30 (trinta) dias a contar de 1º de abril, o prazo contido no art. 4º da Resolução nº 10/2000, para apresentação de emendas de Revisão Constitucional.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio Dezenove de Dezembro, em 29.03.2001.

(a) HERMAS BRANDÃO

Presidente

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
14ª LEGISLATURA  
ATA DA 019ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
29 DE MARÇO DE 2001**

(quinta-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Cesar Seleme e Luiz Carlos Alborghetti.

Às dez horas é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia, Ademar Traiano, Ademir Bier, Algaci Tulio, Ângelo Vanhoni, Antonio Baratter, Antonio Carlos Belinati, Basílio Zanusso, Beraldin, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cesar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielese, Custódio da Silva, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Eli Ghellere, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Isfer, Miltinho Pupio, Moysés Leônidas, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Plauto Miró Guimarães, Renato Gaucho, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Sérgio Spada, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia e Waldyr Pugliesi (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

**SESSÃO.**

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

**EXPEDIENTE:**

**Requerimentos:**

**REQUERIMENTO Nº 669**

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no dis-

posto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o plenário, dispensa de discussão e votação da redação final, para os projetos aprovados em 2ª Discussão, constantes da Ordem do Dia, da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação, ao Projeto de Resolução nº 007/2001.

Sala das Sessões, em 29.03.2001.

(a) CAÍTO QUINTANA

#### REQUERIMENTO Nº 667

Senhor Presidente.

Os deputados que o presente subscrevem no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, REQUEREM, a inversão de pauta da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária.

Nestes termos pedem deferimento conforme dispõe o Regimento Interno.

Sala das Sessões, em 29.03.2001.

(aa) WALDYR PUGLIESI, EDSON STRAPASSON, ÂNGELO VANHONII, LUCIANA RAFAGNIN, JOSÉ MARIA FERREIRA e IRI-NEU COLOMBO

#### REQUERIMENTO Nº 664

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de pesar à família enlutada do senhor Ari Guimarães, ex-jogador de Futebol do time do Coritiba, falecido nesta Capital.

Sala das Sessões, em 29.03.2001.

(a) ALGACI TULIO

#### JUSTIFICATIVA:

Faleceu em nossa Capital em data de ontem, o senhor Ari Guimarães.

Com 69 anos o senhor Ari Guimarães, foi jogador do Coritiba Futebol Clube, de nossa Capital, no período de 1953 a 1963, onde atuou com brilhantismo, sendo campeão por nove vezes.

Orgulho do esporte do nosso Estado, Ari Guimarães deixa viúva a senhora Neuzir Guimarães, dois filhos e três netos.

O esporte do Paraná está de luto. Quem conheceu Ari Guimarães perdeu mais que um ídolo do esporte - perdeu um amigo e um grande companheiro. À sua família enlutada, os votos de pesar do Poder Legislativo do Paraná.

#### REQUERIMENTO Nº 670

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações à Curitiba, pela comemoração dos 308 anos desta Capital.

Sala das Sessões, em 29.03.2001.

(a) ALGACI TULIO

#### JUSTIFICATIVA:

A nossa capital está completando 308 anos. É a capital com um passado histórico e orgulhoso, um presente cheio de realizações e principalmente é a capital do futuro - a modernidade impera, o desenvolvimento é visível, o crescimento rápido. Problemas existem, como em todas as grandes cidades, mas vão sendo contornados com trabalho e dedicação.

Possuímos o menor número de pobres dentre as 12 capitais brasileiras com mais de 1 milhão de habitantes. Essa população está concentrada especialmente em regiões de favelas, resultado de ocupações irregulares. Esta realidade está mudando, com programas de urbanização de bolsões carentes.

A violência, outro grave problema que assola todas as cidades do país, independente de seu tamanho, também está presente em nossa capital, mas está sendo contornado com ações de combate à violência, começando pelas ações que englobam a área social.

O desemprego, problema dos mais atuais, está sendo combatido também em Curitiba, que possui grandes empresas instaladas, atraídas por sua dinâmica econômica.

Como podemos ver, Curitiba tem problemas, mas muitas ações e programas estão fazendo com que sejam cada vez menores.

Mas Curitiba tem muitas virtudes - tem um baixo índice de mortalidade infantil, uma área social amparada, programas de geração de emprego e renda e outros que a levam a ser a Capital Social do Brasil.

O povo de Curitiba orgulha-se de dizer que é daqui (e quem não é não esconde a alegria de morar aqui). Curitiba é acolhedora, bonita, cheia de vida e prosperidade.

À nossa capital, através da prefeitura municipal de Curitiba, os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

#### REQUERIMENTO Nº 671

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, votos de congratulações ao O Jornal do Povo, de Maringá, e seu diretor proprietário, jornalista Verdelírio Barbosa, pelo 10º aniversário deste conceituado veículo de comunicação paranaense.

Requer, outrossim, comunicação do feito ao Ilustríssimo senhor Verdelírio Barbosa, diretor proprietário de O Jornal do Povo.

Sala das Sessões, em 29.03.2001.

(a) RICARDO MAIA

#### JUSTIFICATIVA:

É senso comum que a sociedade humana não seria capaz de construir os elementos civilizatórios que atingiu nos dias de hoje, nem os manteria, sem comunicação. Percebe-se, portanto, a importância da comunicação para a vida humana, especialmente em sociedade, sem a qual, aliás, dificilmente sobreviveríamos.

E é notório, também, que a comunicação mais eficiente é aquela levada a cabo em massa, qual seja, a que atinge o maior número de pessoas ao mesmo tempo, somente possível graças aos veículos de comunicação de massa, entre os quais está incluído o O Jornal do Povo, um dos principais jornais de nosso Estado, cuja tradição e história são testemunhas do nascimento da região Noroeste do Paraná, especialmente do Setentrião paranaense, polarizado por Maringá.

Assim, é sempre dignificante tomar conhecimento de que um veículo de comunicação nasceu e comemorou sucessivos aniversários de funcionamento, como boa e verdadeira notícia, sem dúvida a principal marca de O Jornal do Povo e seu diretor proprietário, jornalista Verdelírio Barbosa, testemunha e personalidade das mais reputadas do meio jornalístico e de nossa sociedade.

Daí as razões do presente requerimento.

#### REQUERIMENTO Nº 672

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, votos de congratulações ao Excelentíssimo procurador de Justiça do Estado do Paraná senhor doutor Valdecir Guidini de Moraes pelo título de cidadão benemérito de Maringá, conferido pela Câmara Municipal de Maringá, e cuja entrega coincide, em 2 de abril do corrente, no auditório do Legislativo Municipal Maringense, com o empossamento do agraciado como procurador de Justiça do Estado do Paraná.

Requer, outrossim, comunicação do feito ao Excelentíssimo senhor Valdecir Guidini de Moraes, ao presidente da Câmara Municipal de Maringá, vereador Walter Guerles, e ao Prefeito Municipal de Maringá, José Cláudio Pereira Neto.

Sala das Sessões, em 29.03.2001.

(a) RICARDO MAIA

#### JUSTIFICATIVA:

Não é desconhecido o relevante papel que o Ministério Público sempre desempenhou no seio de nossa sociedade, como guardião da lei e da ordem, sempre buscando manter a segurança e integridade pessoais e social. Ela hoje ganha relevo graças à atuação resoluta de jovens promotores na proteção do patrimônio público, do meio ambiente, da infância e juventude, da velhice, e, acima de tudo, da democracia, um dos atributos conferidos ao Ministério Público pela Constituição Federal vigente, razão pela qual a instituição foi elevada, a nosso ver, ao mais alto patamar que uma sociedade poderia imaginar. Afinal, preservar a democracia significa proteger um dos mais elevados valores humanos, a liberdade, consubstanciada na democracia política, em que partidos e homens se revezam no poder passando pela urnas e outras formas de democracia direta que surgem a cada dia no meio social.

Além disso, o promotor Valdecir Guidini de Moraes sempre teve atuação marcante, seja como homem do Ministério Público, seja como cidadão, motivos pelos

quais a comunidade de Maringá, por meio de seu Legislativo Municipal, lhe confere o título de cidadão benemérito, no nosso entendimento mais que merecido.

Daí as razões do presente requerimento.

#### REQUERIMENTO Nº 659

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais após ouvido o Plenário respeitosamente, REQUER, voto de repúdio ao senhor Ingo Henrique Hübert, por ocasião de sua vinda a esta Casa, prestar esclarecimentos sobre a privatização da Copel, uma vez que o mesmo foi subjetivo, inconcluso, superficial, repetitivo, nas respostas dadas aos parlamentares com assento neste Parlamento.

Nestes termos pede deferimento.

Sala das Sessões, em 29.03.2001.

(a) NEREU MOURA

Apoioamento:

Orlando Pessuti, Edno Guimarães.

#### REQUERIMENTO Nº 660

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER depois de ouvido o duto Plenário, Requer o envio de expediente ao Governo do Estado do Paraná, solicitando que interceda junto à Rodovia das Cataratas no sentido de obter cópia do projeto de duplicação da BR-277, entre Foz do Iguaçu e Cascavel, especialmente no tocante a travessias, cruzamentos, passarelas e trevos projetados nos perímetros urbanos de Santa Terezinha de Itaipu, São Miguel do Iguaçu, Medianeira, Matelândia, Céu Azul, Santa Tereza do Oeste e Cascavel.

A apresentação deste requerimento visa atender reivindicação das comunidades relacionadas, haja vista a grande preocupação que sempre existiu na região referente à segurança e tranquilidade dos pedestres que ali transitam.

Sala das Sessões, em 29.03.2001.

(a) ELI GHELLERE

Apoioamento:

Edno Guimarães.

#### REQUERIMENTO Nº 661

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa após ouvido Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo senhor doutor Nelson Roberto de Plácidos e Silva Justus, secretário de Estado dos Transportes, solicitando com a devida urgência, a conclusão da pavimentação asfáltica da "Estrada Mestra" que liga a sede do município de Altonia à localidade de "Cerâmica Vila Iara".

Sala das Sessões, em 29.03.2001.

(a) CUSTÓDIO DA SILVA

Apoioamento:

Edno Guimarães.

**JUSTIFICATIVA:**

A pavimentação asfáltica daquela rodovia já iniciada ainda no ano passado, encontra-se com as obras paralisadas com cerca de 5 quilômetros concluídos, restando para sua conclusão final mais 12 quilômetros.

No estágio em que se encontra aquela importante rodovia para o escoamento da produção rural da região representa sérios obstáculos à circulação de veículos leves e pesados, com prejuízos aos produtores, exigindo prioritariamente especial atenção por parte da Secretaria de Estado dos Transportes.

**REQUERIMENTO Nº 665**

Senhor Presidente.

Os deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM depois de ouvido o douto Plenário, Requer envio de expediente aos deputados federais e senadores do Paraná, solicitando que se posicionem favoravelmente à instalação de CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito), em suas respectivas Casas de Leis, destinada a apurar e coibir casos de corrupção nos diversos escalões da administração pública federal.

O Brasil vive momento histórico e as CPI's sempre que foram instaladas colaboraram, em muito, para a evolução do sistema democrático e também para a modernização da máquina administrativa e conseqüente surgimentos de leis moralizadores. É de conhecimento público que faltam poucas assinaturas, tanto na Câmara dos Deputados quanto no Senado Federal, para que as investigações de casos de corrupção sejam efetivamente realizadas.

A apresentação deste requerimento deve-se, pois, à necessidade de obtermos por parte de nossa representação em Brasília posições claras e inequívocas que ajudem a viabilizar as CPI's na Câmara e no Senado, para apurar as denúncias que envolvem diversas áreas do Governo Federal.

Sala das Sessões, em 29.03.2001.

(aa) ELI GHELLERE  
LUCIANA RAFAGNIN

**REQUERIMENTO Nº 668**

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais após ouvido o Plenário respeitosamente, REQUER, a Mesa Executiva, que solicite junto a TV Cidadão, cópia de fita VHS das Sessões Ordinária e Extraordinária do 28 de março do corrente, e que remeta a mesma a Liderança da Oposição.

Nestes termos pede deferimento.

Sala das Sessões, em 29.03.2001.

(a) WALDYR PUGLIESI

**Projeto de Resolução:****PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 08/2001**

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**R E S O L V E :**

Art. 1º - Fica instituído no âmbito da Assembléia Legislativa do Paraná o "Núcleo de Estudos Legislativos".

Art. 2º - O Núcleo de Estudos Legislativos terá por missão a formação permanente de técnicos e especialistas das diversas áreas próprias do Poder Legislativo, através de cursos, palestras, seminários e outras modalidades didático-pedagógicas, bem como a assessoria técnica especializada ao Poder Legislativo.

§ 1º - Os cursos e atividades do Núcleo serão dirigidos preferencialmente aos servidores e assessores da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

§ 2º - No prazo de trinta dias a contar da data da publicação desta resolução será elaborado o Regimento Interno do Núcleo para aprovação da Mesa Executiva.

Art. 3º - O Núcleo de Estudos Legislativos fará parte de estrutura da Mesa Executiva da Assembléia Legislativa do Paraná, e contará com um Coordenador Técnico.

Art. 4º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29.03.2001.

(aa) LUIZ CARLOS ZUK, NEREU MOURA,  
PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES, ALGACI  
TULIO, HERMES FONSECA, TONY GARCIA,  
GERALDO CARTÁRIO, MILTINHO PUPIO,  
MOYSÉS LEÔNIDAS, SÉRGIO SPADA, DI-  
VANIR BRAZ PALMA e PASTOR EDSON  
PRACZYK

Apoiamento:

Irineu Colombo, Luciana Rafagnin, Ângelo  
Vanhoni e Edson Strapasson.

**Projetos de Lei:****PROJETO DE LEI Nº 93/2001**

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Estadual autorizado a instituir o Serviço de Atendimento Psicossocial junto às Delegacias Especializadas e Distritos Policiais.

Art. 2º - As despesas com a presente lei correrão por conta do Orçamento Geral do Estado, suplementado se necessário.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29.03.2001.

(a) CUSTÓDIO DA SILVA

**JUSTIFICATIVA:**

Uma das grandes necessidades hoje vivenciadas junto às Delegacias Especializadas e Distritos Policiais diz respeito ao atendimento Psicossocial, principalmente para as vítimas de crimes violentos e hediondos.

Na maioria dos casos, vítimas de crimes violentos e hediondos após o atendimento e registro da ocorrência, passam a carregar pelo resto da vida as seqüelas da ação criminosa sofrida, refletindo no seu comportamento futuro.

A instituição do Serviço de Atendimento Psicossocial, virá contribuir para a retomada do seu cotidiano, sem os traumas sofridos, permitindo à vítima e à própria família superar as conseqüências da violência com maior rapidez, reduzindo os danos psicossociais.

O Projeto Piloto de atendimento psicossocial, criado em 21 de junho de 1999, junto ao 3º Distrito Policial, 8º Distrito Policial, Delegacia Anti-Tóxicos, Cape, Delegacia da Mulher, Delegacia de Furtos e Roubos, Instituto Médico Legal e Serviço de Investigação de Crianças Desaparecidas, Sicride, apresentam resultados excepcionais.

A Unidade de Atendimento Psicossocial instalada junto ao 3º Distrito Policial otimizou os trabalhos de recuperação e integração social estreitando as relações polícia/povo, atendendo não só as vítimas, como também os próprios infratores.

Relatório da Unidade de Atendimento Psicossocial junto ao 3º Distrito Policial, registra que a clientela é culturalmente desprovida considerando que 91% possuem apenas o 1º grau. A faixa etária está dentro os 18 aos 35 anos, na sua maioria. Do estado civil: 41% são solteiros, 28% são casados e 31% estão entre amasiados, separados e noivos. Considerando o número de filhos, todos tem no mínimo um filho, independente de serem casados, amasiados, noivos, separados ou solteiros.

Os delitos mais comuns são furto, roubo, tráfico de entorpecentes (leves), usuários de substância química, porte de arma, atentado ao pudor, e outros menos frequentes.

Com o presente projeto de lei, aprovado pelos senhores deputados e sancionado pelo senhor governador Jaime Lerner, visamos agilizar, otimizar e expandir os serviços prestados pela Unidade Psicossocial, aos demais Distritos Policiais e Delegacias Especializadas da Capital e do Interior do Estado para melhorar a qualidade dos serviços colocados a disposição da comunidade.

**PROJETO DE LEI Nº 94/2001**

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a tornar obrigatório a contratação de vigilância armada, pelos

estabelecimentos e casas lotéricas e de bingo no Estado do Paraná, durante o horário de expediente.

Art. 2º - A vigilância armada será executada por profissionais devidamente treinados para a execução do ofício, e devidamente habilitados pelo Departamento de Polícia Federal.

Art. 3º - Caberá aos estabelecimentos lotéricos e de bingos, a contratação de empresa de vigilância regularmente credenciada e autorizada a operar, pelo órgão fiscalizador competente.

Art. 4º - Todas as agências lotéricas e casas de bingo no Estado do Paraná, sejam matriz ou filial, deverão possuir, ao menos, um posto de vigilância armada durante todo o horário de funcionamento do estabelecimento.

Art. 5º - O não cumprimento da presente lei, sujeitará o infrator às sanções previstas em Lei, inclusive o cancelamento da concessão pela Caixa Econômica Federal, bem como o cancelamento do alvará de funcionamento do estabelecimento infrator.

Art. 6º - O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 90 (noventa) dias, a contar da data de sua publicação.

Art. 7º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29.03.2001

(a) CUSTÓDIO DA SILVA

**JUSTIFICATIVA:**

O presente projeto de lei objetiva implantar normas para a segurança das casas lotéricas e de bingo no Estado do Paraná, principalmente visando a proteção dos funcionários desses estabelecimentos, como também dos usuários dos serviços oferecidos e/ou frequentadores dos referidos locais, pois a presença do vigilante, restrita exclusivamente ao ambiente do estabelecimento, tem a finalidade de prevenir assaltos e inibir a ação de delinquentes.

Hoje, as lotéricas se transformaram em verdadeiros "mini bancos", pois como prestadores de serviços diversos, entre outros, recebem faturas, aceitam depósitos e disponibilizam saques nas contas de poupança dos poupadores da Caixa Econômica Federal, além de sua atividade original, que é disponibilizar os jogos legalmente oferecidos aos apostadores.

Em razão do volume de dinheiro diariamente manuseado nos referidos estabelecimentos, pela execução dos serviços acima enumerados, é público e notório a enorme ocorrência de assaltos a mão armada nessas casas, inclusive recentemente ocorreu assassinato em nossa Capital, da esposa do proprietário da GP Loterias,

na Rua João Bettega, no Portão, quando laborava no estabelecimento de seu esposo, vítima de assalto.

A medida proposta é imperiosa, pois proporcionará maior segurança aos frequentadores dos referidos estabelecimentos, bem como a seus proprietários e funcionários, e frise-se, referida segurança será prestada por pessoal qualificado, especialmente treinado para esse trabalho e devidamente habilitado pela autoridade competente.

Por outro lado, o Estado do Paraná conta hoje com cerca de 450 (quatrocentos e cinquenta) casas lotéricas, sendo em torno de 150 (cento e cinquenta) na Capital, sem falar das 34 (trinta e quatro) casas de bingo com processos de autorização na Caixa Econômica Federal.

Encontra-se em processo de licitação atualmente, mais de 46 (quarenta e seis) pontos de loteria no Estado, dos quais 15 (quinze) em Curitiba.

Como a segurança obrigatoriamente será feita por pessoal especializado, devidamente treinado, com reciclagens periódicas obrigatórias, abrir-se-ão mais de cinco centenas de postos de trabalho em todo o Estado do Paraná.

Como se vê, a medida, além de melhorar o nível de segurança nesse segmento, também ajudará a resolver parte do desemprego que afeta os profissionais do setor, beneficiando-os e suas respectivas famílias.

O impacto dos custos gerados aos estabelecimentos lotéricos beneficiados por esta lei, poderão ser negociados com a própria Caixa Econômica Federal, uma vez que referida instituição repassou àqueles, uma série de serviços próprios de sua atividade específica, acarretando-lhe portanto, responsabilidades perante os proprietários, funcionários e usuários dos referidos estabelecimentos.

#### O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Queremos dar as boas-vindas aos alunos do Colégio Estadual de Ribeirão Claro, aos alunos do Colégio Nossa Senhora da Candelária, do município de Bandeirantes, do Colégio Estadual Juvenal Mesquita, do município de Bandeirantes, do Colégio Estadual Siria Corucci, de Bandeirantes, Escola Bandeirantes, Escola Estadual Cecília Meirelles, Colégio Integrado de Bandeirantes, Colégio Estadual Humberto Teixeira Ribeiro, Colégio Estadual Nobre da Cunha, Colégio Estadual Professor Mailon Medeiros, Escola Estadual do Bairro de Bela Vista, Escola Cantinho Encantado, Educandário Santa Izabel e Colégio Estadual Usina Bandeirantes.

São alunos que vão participar da nossa vida diária aqui na Assembléia, no projeto Parlamentar do Futuro. Desejo a todos uma boa estada em nossa Casa de Leis.

No Pequeno Expediente, o primeiro orador inscrito, deputado Eli Ghellere.

#### O SR. ELI GHELLERE

Senhor presidente e senhores deputados, senhora deputada.

Aos nossos visitantes alunos do Norte do Paraná, de Bandeirantes e de Ribeirão Claro, as boas-vindas do PDT, do deputado Eli Ghellere, deputado Zuk e de toda a Bancada da Oposição.

Senhor presidente, faço questão de levar à tribuna, nessa manhã de quinta-feira, para dar encaminhamento a dois requerimentos, um de autoria deste deputado e outro de autoria conjunta do deputado Eli Ghellere e deputada Luciana Rafagnin. Este requerimento é sobre a questão histórica, que estamos passando no Senado da República e também na Câmara dos Deputados, onde temos o pedido de uma CPI, para que sejam apuradas as denúncias de corrupção do governo federal.

Sabemos pela imprensa, que muitos dos senhores senadores e senhores deputados, nas suas respectivas Casas, já puseram a sua assinatura para que sejam apuradas as denúncias existentes no governo federal.

É de conhecimento que a nossa Bancada do Senado Federal ainda não está unânime no pedido da abertura da CPI.

Então, é importante senhores deputados, que esta Casa de Leis se manifeste neste sentido, e peço para que os nossos deputados federais e nossos senadores, nas suas respectivas Casas, coloquem o apelo, coloquem a sua assinatura para que os fatos que foram colocados na imprensa sejam realmente apurados e esclarecidos, para darmos mais um passo importante, para diminuir e irradiar de vez a corrupção do nosso País.

Nós sabemos que um ato de investigação, é um ato próprio do Poder Legislativo. Nós vemos alguns membros do Poder Executivo fazendo a fiscalização, vemos o Ministério Público atuando seriamente na investigação. Não podemos nós, do Poder Legislativo, que fomos eleitos com esse fim também, cruzarmos os braços e não investigar as denúncias que são colocadas a nível federal, e quiçá, a nível estadual.

Peço então aos senhores deputados, que votem favoráveis para que seja enviado Expediente, aos nossos representantes do Paraná no Senado Federal e, também representante do plano do Paraná, na Câmara dos Deputados.

O segundo requerimento, senhor presidente é quanto a duplicação da Rodovia BR-277. Nós que moramos no Oeste o Paraná, eu que resido em São Miguel do Iguaçu, os deputados Irineu Colombo e o Chico Noroeste, que residem em Foz do Iguaçu, deputado Élio Rusch em Rondon e mais toda a Bancada do Oeste do Paraná, que representa o povo daquela região aqui na Assembléia Legislativa.

Nós estamos vendo com muita preocupação, o projeto da duplicação da BR-277.

Nós tínhamos conhecimento de que o projeto inicial visava o contorno de todo o perímetro urbano daqueles municípios. E nós sabemos que o projeto foi readequado e hoje ele prevê que a duplicação passa pelo centro das cidades ali do Oeste do Paraná.

Então, senhor presidente e senhores deputados, o que nós queremos é que o governo do Estado nos informe, que interceda junto à Rodovia das Cataratas e nos informe o real projeto da duplicação da BR-277, entre o município de Foz do Iguaçu a Cascavel.

Nós queremos também, que ele dê detalhamento do projeto, que diga que nos municípios de São Miguel, Medianeira, Santa Terezinha de Itaipu, Matelândia, Céu Azul e Cascavel, quais são as obras de infra-estrutura que serão feitas naquelas travessias.

Nós queremos saber, senhor presidente e senhores deputados, se vai haver cruzamento em desnível, se nossas crianças, ao cruzarem a rodovia nos ônibus escolares, estarão correndo risco de acidentes ou se terão uma travessia segura.

É este o pedido que faço aos senhores deputados, que votem favoráveis aos dois requerimentos: um, para que tenhamos acesso ao projeto de duplicação da rodovia BR-277, entre o município de Foz do Iguaçu a Cascavel; e também que seja enviado expediente à Câmara e ao Senador Federal, para que os nossos senadores e nossos deputados votem favoráveis à instalação da CPI da corrupção.

Obrigado, senhor presidente e senhores deputados.

#### O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

No pequeno Expediente, com a palavra o deputado Irineu Colombo.

#### O SR. IRINEU COLOMBO

Senhor presidente Hermas Brandão, senhora deputada, senhores deputados.

Aproveito as iniciais do meu pronunciamento para parabenizar o deputado Eli Ghellere pela iniciativa de propor requerimento que trata da questão da CPI da corrupção, Nós, da Bancada do PT, teríamos uma discussão na segunda-feira, estávamos encaminhando no mesmo sentido, mas queremos endossar a oportuna iniciativa do deputado, brilhante idéia.

Senhores deputados, ontem neste Plenário tivemos a votação do requerimento que não reflete o pensamento da maioria dos deputados desta Assembléia Legislativa. Um requerimento que dava congratulações ao secretário Ingo Hübert, quando há poucos dias aprovamos um requerimento para sua saída da condição de presidente da Copel. E este mesmo Parlamento aprova, depois, congratulações ao presidente da Copel!

É paradoxal esta tomada de postura da Assembléia e flagrantemente vem contra o bom senso do Plenário. Nós sentimos isto e falamos claramente com os nossos interlocutores da Bancada da Situacionista, que foi um golpe, porque nesta Casa, toda vez que se lê o termo “congratulação”, não prestamos mais atenção no que vem em seguida, por conta de se for um requerimento que implica em desaprovação por alguns parlamentares, normalmente, por uma questão de gentileza e de bom relacionamento entre os colegas de Parlamento, avisamos que

há um projeto ou um requerimento que há um determinado nível de polêmica.

Tive a oportunidade de falar com o deputado Ademar Traiano, autor do requerimento, que nós estamos num momento extremamente acalorado no Estado do Paraná. E que se forms para o “ringue” e tirar as luvas, vamos para o “tudo ou nada”, aí vai começar a valer tudo.

O requerimento foi apresentado e ficamos sabendo como foi o procedimento, com uma porção de outros requerimentos, na última hora, nosso líder estava atento, mas quando se falou “uma série de congratulações”, havia tantas outras demandas, que estávamos aqui tratando, e passou o requerimento, que a bem da verdade, não reflete a média de pensamento desta Casa. Agora se for isso, nós, da Bancada de Oposição, estaremos fazendo uma reunião na segunda-feira, convocada pelo nosso líder - Waldyr Pugliesi, e vamos discutir inclusive que a partir de agora - deputado Durval Amaral, nós teremos liberdade de inclusive citar e colocar os cartazes no Paraná, dizendo assim: “Esses deputados se manifestaram pela entrega da Copel. Esses deputados querem entregar o patrimônio do Estado do Paraná.” E até agora não fizemos e não queríamos fazer. Mas, se começar esse tipo de comportamento, acaba-se de tal forma que vamos ter prejuízo político.

Por quê? Porque o secretário Hübert vai dizer: “Olha, os deputados, inclusive de Oposição, aprovaram o requerimento parabenizando a mim.” O que não é verdade. Então vamos ao ringue, vamos colocar as luvas e vamos para tudo ou nada. E isso não é bom para o Parlamento.

Fiz ontem um apelo ao deputado Hermas Brandão no sentido de que considerasse o requerimento, do ponto de vista dos usos e costumes desta Casa. Acho que é anti-producente para a Casa ficar lendo requerimentos de moção de pesar, apelo, congratulações em seu inteiro teor. A iniciativa de distribuir às duas Lideranças os requerimentos, é uma iniciativa boa, só que agora que já estamos no prejuízo, não resolve nada. Porque o principal debate de agora até o ano que vem, qual vai ser? Copel. Vai ser em torno da Copel: venda ou não venda.

E aqui somos uma Casa política e ano que vem vamos atrás de voto. Daí o que vai valer: vai ser a polêmica do requerimento aprovado - dizendo que foi com o nosso voto, que não exprime a nossa vontade. E vamos ter que usar todas as armas que temos à disposição para fazer o embate político. Então não queríamos que isso chegasse a este ponto.

Por isso até apelei ao presidente, ontem, com toda seriedade, para reconsiderar a votação para refletir a média do Plenário. O requerimento poderia até ser aprovado, mas nós da Bancada da Oposição, teríamos que ter a oportunidade clara de votar contra.

Então fica lavrado esse protesto - que é uma preocupação minha com o relacionamento entre nós, aqui na Casa, e ao bom proceder aos trabalhos legislativos.

Estarei apresentando em breve a esta Mesa, protocolo de um projeto de resolução que discuti já com alguns membros da Mesa Diretiva, com funcionários da Casa e também com vários senhores líderes de partidos políticos. Projeto de resolução que institui um Núcleo de Estatutos Legislativos na Assembléia do Paraná.

Em várias Assembléias, por exemplo a de Minas Gerais, existe uma Escola do Legislativo. A Escola do Legislativo tem várias funções. Quando o deputado está estreando na Assembléia e a sua equipe de assessores, vão à escola do Legislativo e recebem cursos em horários especiais sobre técnicas legislativas, fluxo dos projetos, funcionamento de Comissões, cerimonial, trabalhos de gabinete. Enfim, toda orientação protocolar, orientação jurídica, orientação operacional dos trabalhos legislativos, tanto para o deputado como para seu chefe de gabinete, para atendente de telefone lá no gabinete, para assessoria jurídica, para termos funcionários altamente qualificados.

Também, lá em Minas Gerais na escola do Legislativo, se um deputado, por exemplo, o deputado Tureck quer apresentar um projeto sobre transporte intermunicipal no Paraná, ele chega aos técnicos e fala: me vê um projeto desta forma, assim, assim, assim. Você não necessariamente precisa ter conhecimento jurídico e conhecer o arcabouço legal e constitucional para adequar o projeto, mas o pessoal da escola sim, e vai lhe trazer uma proposta, outra proposta e aí você vai adequar a sua vontade e vai apresentar o projeto. Nós não temos esta pretensão nem o deputado Hermas Brandão tem esta pretensão que já concordou com esta idéia, nós não temos esta pretensão, mas podemos construir esta alternativa com bastante eficiência.

Então, começaremos com o núcleo de estudos legislativos, vamos incorporar funcionários da Casa, vamos incorporar ajudas de outros setores para a gente ter alguns cursos e a gente vai adequando com o passar do tempo às necessidades da Casa.

Não teremos gastos com essa criação desse núcleo, poderá mais tarde, quem sabe, se transformar numa escola, aí sim vai ter que ter um aporte maior no orçamento, mas inicialmente nós queremos começar humildes, pequenos, e ver se esta alternativa é viável, se tem condições de ser implementada aqui na Assembléia Legislativa do Paraná.

Então, nós pedimos dos senhores parlamentares nesta iniciativa e queremos em breve, assim que aprovada a idéia, começar os primeiros cursos para orientação dos funcionários e qualificação dos funcionários da Casa.

E, “de passagem”, senhor presidente, por falar em funcionários da Casa, nós também deveremos pensar, obviamente já é uma orientação do presidente da Casa de pensar no plano de cargos, carreiras e salários, porque achamos que os funcionários da Casa de vários setores têm dificuldades em continuar prestando bons serviços a esta Casa com os salários ínfimos que recebem. É uma questão de se fazer um debate.

A Mesa Diretiva da Casa, sob a direção do deputado Hermas Brandão, tem tomado diversas iniciativas para a economia do custeio da Assembléia, como a oficina, com a questão dos carros, etc. O deputado Valdir Rossoni tem me contado as angústias que tem para adequar a uma situação que nós pesamos a melhor para a Assembléia Legislativa, diminuir custos. Quem sabe aí, assim que tivermos a Casa já acertada, podemos pensar em aumento salarial, num plano de cargos, carreiras e salários para os nossos funcionários da Assembléia e aí evidentemente entrará também a discussão do instituto ou do núcleo de estudos do Legislativo.

Obrigado, senhor presidente, obrigado pela oportunidade.

#### O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Só para informar Vossa Excelência é decisão desta Mesa Executiva, já, da qual Vossa Excelência faz parte. Faremos o plano de cargos e salários nesta Casa, com certeza, para atender nossos funcionários.

Ainda no Pequeno Expediente, deputado Algaci Tulio.

#### O SR. ALGACI TULIO

Senhor presidente, senhores deputados, senhoras deputadas, estudantes que hoje nos dão a honra de suas presenças nas galerias.

Inicialmente quero dizer da minha alegria, da minha satisfação de ver hoje sendo comemorado mais um aniversário da capital do Estado, da nossa Curitiba, 308 anos, cidade que tive a honra e o orgulho de prestar o meu trabalho, na condição de duas vezes vice-prefeito.

Mas ao mesmo tempo que venho à tribuna para enaltecer a nossa Curitiba, quero dizer que talvez tenha sido este o pior presente que o governador Jaime Lerner poderia dar a esta cidade com suas declarações ontem à imprensa: Lerner cobra fidelidade de aliados.

Eu acho que neste momento quem mais deve cobrar fidelidade não é ele aos aliados, mas nós a ele, ao governador.

A palavra lealdade foi uma coisa que sempre preservei em minha vida. Ninguém mais do que ele, governador Jaime Lerner, sabe da minha lealdade, com o grupo que está aí governando o Paraná e com o grupo que governa a cidade de Curitiba.

Vou fazer rapidamente um histórico aqui da minha lealdade a este grupo. Em 1982 fui eleito vereador por esta cidade. Maior votação dada a um vereador proporcionalmente aos habitantes, até hoje na Câmara Municipal. Ali começava a minha lealdade à figura do então prefeito, Jaime Lerner.

Em 1985 Jaime Lerner é candidato a prefeito de Curitiba, tendo na sua vice Fernando Fontana. Vamos todos para as ruas buscar os votos, para o Jaime Lerner. Naquela ocasião, muito embora todo mundo falasse que havia votado no Jaime Lerner, quem ganhou a eleição para prefeito foi o Roberto Requião.

Em 1986 Jaime Lerner sai candidato a vice-governador, na chapa de Alencar Furtado. Fomos todos para a rua pedir voto para o Jaime Lerner, para o Alencar Furtado. Ganha as eleições a governador, Álvaro Dias.

Em 1988, eu era candidato a prefeito nesta cidade, era o melhor momento da minha vida, de homem de comunicação e de homem público. E as pesquisas apontavam isso. Estando eu no PDT, sou lançado candidato a prefeito da cidade de Curitiba, disputando com quatro outros companheiros de outras legendas. Claro, que eu não tinha condições financeiras para poder manter uma campanha política, mas segurei até onde pude. Doze dias faltando para terminar a campanha, a minha lealdade à minha cidade e à figura do homem Jaime Lerner, me faz abrir o coração, o coração curitibano. Abro o espaço e o Jaime vem a ser candidato a prefeito e eu viro candidato a vice-prefeito. Revertemos a situação, ganhamos as eleições em doze dias. O Jaime se torna prefeito e eu, torno vice-prefeito desta cidade. Essa talvez tenha sido a minha maior ação de lealdade ao cidadão Jaime Lerner. Derrotamos naquela ocasião vários companheiros, inclusive alguns deputados e o Jaime se torna prefeito da cidade.

Assumi a prefeitura por 27 vezes e procurei da melhor maneira possível cumprir a minha obrigação de prefeito interino por esta cidade.

Em 1992, quando imaginava que seria naturalmente candidato a prefeito, o governador Jaime Lerner vai a público e fala: - Não lançarei nenhum político a candidato a prefeito, para não criar um atrito entre eu e, na época, o deputado Rafael Greca - iria lançar um técnico. Faltando alguns meses para se constatar a condição de inelegibilidade, Jaime Lerner viaja, confirma que não lança um candidato político a prefeito, me obrigo a assumir a prefeitura, porque naquela ocasião, deputado Ângelo Vanhoni, um vereador do PT, o único que não era candidato à reeleição à Câmara de Curitiba, vereador Miranda, seria o único em condições de assumir a prefeitura. Para que isso não acontecesse, assumi a prefeitura, entendendo e acreditando que a lealdade de Jaime Lerner faria que ele indicasse um candidato a prefeito que não fosse político.

Para minha surpresa, dias depois, Jaime Lerner lança Rafael Greca, prefeito: mesmo assim fui às ruas pedir votos para o Rafael Greca e para o grupo.

1994, Jaime Lerner é candidato a governador e fomos para as ruas pedir voto para o Jaime ser governador do Paraná, e o foi. Passo a ser, nessa Casa, reeleito deputado, o seu líder na Assembleia Legislativa. Quase 2 anos cumprindo essa missão, procurando corresponder, da melhor maneira possível.

1996, nova eleição para prefeito em Curitiba, meu nome era apontado como possível candidato e aparecia bem eu nas pesquisas, quando Jaime Lerner prefere lançar Cássio Taniguchi como candidato, e vem mais um apelo para o deputado Algaci Tulio, apelo do Jaime Lerner, apelo de um grande número de políticos, ligados ao governador, apelo da Fani Lerner: "Algaci Tulio, você

tem que ser o vice do Cássio Taniguchi, senão nós perdemos as eleições para o Carlos Simões. É preciso alguém do seu estilo, mais popular, ligado ao social da cidade, para combater o deputado Carlos Simões".

E o deputado Algaci Tulio deixa a Assembleia, deixa a liderança dessa Casa e vai às ruas levar o então desconhecido Cássio Taniguchi, apertar as mãos do povo de Curitiba. E nós ganhamos as eleições.

Tive eu que renunciar o meu mandato de deputado nesta Casa e assumir a condição de vice-prefeito. Foi uma tristeza, minha gente, foi uma tristeza! O vice-prefeito colocado numa sala de corredor, no prédio da prefeitura, com 3 ou 4 funcionários e sem o espaço político, sem nenhuma condição de poder fazer o seu trabalho, como vice-prefeito.

Tive que deixar a prefeitura, renunciar a condição de vice-prefeito, concorrer a uma nova eleição...e felizmente, pelo voto do povo, voltei eu para esta Casa.

Será que eu tenho que demonstrar mais alguma lealdade a este governo? Será que todo o trabalho, toda a minha inspiração política, todos os meus desejos políticos, que eu abri mão, não foram suficientes para o governador Jaime Lerner? E agora, rotulado como rebelde, rotulado como desleal! É isso que a gente ganha procurando fazer o que o coração da gente manda? É esse o presente que eu ganho hoje, no dia do aniversário da minha cidade, da minha Curitiba, da qual eu fui o seu vice-prefeito, por duas ocasiões?

Me perdoem, senhores parlamentares, vir aqui descarregar esta minha mágoa. Esta mágoa que eu quero compartilhar com o deputado Luiz Carlos Martins, com o deputado Marcos Isfer, nós três temos história, nesta cidade, e nós três, ontem à noite, choramos juntos, ao saber das declarações dadas pelo governador Jaime Lerner!

Senhor governador, se alguém pode falar em lealdade, é este parlamentar! A lealdade, senhor governador, me parece que não faz parte do seu coração, porque se assim o fosse não teria nos tratado da maneira como está nos tratando. No momento em que, uma única vez, nós nos rebelamos aqui em não votar favoravelmente à venda da Copel, tudo isso, tudo que fizemos, até hoje, nada mais vale para este governo, por uma única ação que fizemos, de sermos contra, de colocarmos a nossa maneira de pensar de não votar pela Copel senhor governador, e o senhor vem publicamente na imprensa e nos tacha de rebeldes, nos tacha de posições dúbias, e nos rotula como desleais.

Deus queira, governador, que este momento infeliz que passa Vossa Excelência, nesse momento delicado que passa o Estado do Paraná, ninguém mais do que eu, seu companheiro leal, apaixonado pelo Jaime Lerner, ao ponto de fazer todos esses atos. Estou chorando, estou magoado e estou decepcionado. Deus queira, governador, que aqueles que o instruíram, o orientaram para fazer essas malditas declarações na imprensa não lhe venham custar muito mais caro ainda, governador, não venham lhe custar muito mais caro ainda!

Desculpem, senhores deputados, mas era preciso jogar isso para fora hoje porque eu não posso admitir, se existe alguém que foi leal a este que está nesta tribuna neste momento, que abriu mão de todas as suas tentativas, todas as suas possibilidades de estar, quem sabe eu estivesse num outro grupo naquela época, num outro grupo político, quem sabe teria sido eu já prefeito de Curitiba; mas não, sempre pensando no grupo, no melhor para a minha cidade, abri mão de todas as minhas intenções para mostrar a minha lealdade ao coração curitibano, e que hoje está, na verdade, despedaçado, governador Jaime Lerner.

Muito obrigado.

#### O SR. CARLOS SIMÕES (Pela Ordem)

Senhor presidente, o deputado Algaci acabou esquecendo o aparte, só para dizer ao deputado Algaci que tem tempo de me apoiar para prefeito em 2004, contra o Vanhoni, vamos nós dois ser prefeito e vice e vamos ganhar as eleições, e estamos juntos. Águas passadas não movem moinho, mas eu lhe perdô de o senhor não ter me apoiado.

#### O SR. PRESIDENTE (Ribas Carli)

Com a palavra, no Pequeno Expediente o, deputado Waldyr Pugliesi.

#### O SR. WALDYR PUGLIESI

Senhor presidente, senhores deputados, ouvi atentamente o pronunciamento do deputado Algaci Tulio dizendo da sua longa vida pública, de lealdade, inclusive. Mas me lembro mais uma vez de uma frase do Ulysses Guimarães, e falo isso porque jovens estão aqui nesta Casa, talvez até procurando determinar aquilo que farão no dia de amanhã. Ulysses dizia o seguinte: “Vida pública, pública eu sei que ela é; mas vida não tenho certeza”, querendo dizer da dificuldade que a vida pública impõe a todos nós.

E ontem nesta Casa, senhor presidente, nós vimos como é difícil muitas vezes o dia-a-dia num Parlamento. Veja bem, como Líder das Oposições tive o cuidado de comparecer à Mesa Diretiva e folhear todos os requerimentos que estavam colocados para serem votados no decorrer da sessão, isso às 14:30, com vários companheiros deputados, e até membros da Mesa como testemunhas, voltei às 15:30 para verificar novamente aquilo que estava na Mesa, e ainda retornei às dezesseis horas e pouco, e ainda perguntei: “Olha, não tem nada de polêmico nesses requerimentos”, que inclusive o deputado Luiz Carlos Zuk me ajudou numa dessas idas minhas à Assembléia a verificar aquilo que estava colocado para ser discutido e votado nesta Casa.

Pois bem! Quando se colocou uma série de requerimentos congratulatórios, bajulatórios, me permitam dizer, o que é comum, fisiologicamente se vê nesse Parlamento e nos outros, introduziram de maneira sub-reptícia um voto de aplauso à atuação do presidente da Copel.

Ora, isso é abusar da inteligência desta Casa e eu denunciei ontem aqui na Assembléia estão aí as notas taquigráficas. Como é que pode, uma Assembléia que horas antes repudia a permanência do presidente da Copel, na presidência da mesma, por tudo aquilo que está acontecendo, como é que poderiam os deputados do PDT, do PT, do PMDB, a Liderança das Oposições concordar com esse monstro que foi introduzido de maneira malandra no meio daquele pacoteço?

Redigi aqui uma nota oficial da Liderança das Oposições, e aquilo que aconteceu ontem nesta Casa eu acredito que vai ser um ponto positivo porque já conseguimos da presidência da Casa que aqui não é programa de auditório para ficarmos produzindo pegadinhas contra quem quer que seja. Os espertos que querem ser mais espertos do que a esperteza, vão ver que lá adiante a esperteza vira bicho e engole os espertos. Esse não é um comportamento que deve ser prática nesta Casa. Onde é que fica a ética? Onde é que fica o relacionamento de cada um nos trabalhos desta Casa? Transformaremos essa Assembléia numa arapuca! Como é que pode o conjunto desta Assembléia não saber o que está acontecendo?

O que é que na realidade aconteceu? Uma série de requerimentos, como já falei, bajulatórios, mas isso é comum acontecer. Aí uma assessora chega na mesa e coloca no meio do pacoteço a arapuca para querer dar ao governo, à Situação, argumentos que o doutor Ingo Hübner veio aqui e convenceu todos os deputados. Essa é uma mentira que o povo do Paraná não pode engolir! É preciso que o povo do Paraná saiba que toda extensão àquilo que aconteceu, senão o desconhecido virá mais adiante, a presidir essa Casa!

Acredito que a presidência da Casa não se submeterá a esse tipo de comportamento que estamos repudiando.

Aqui é o Parlamento, tudo aqui tem que ser às claras, ninguém poderá votar de maneira sem ter o conhecimento daquilo que está votando. Então, nós já conseguimos que a Mesa mude o seu comportamento.

Na hora que chegar o requerimento, ele será distribuído à Situação, será distribuído à Oposição, e não como até agora muitas vezes, quando só a Situação toma conhecimento dessas coisas, porque elas acontecem na vigésima quinta hora.

Senhor presidente, quero reiterar aqui a confiança que nós temos na Mesa Diretiva desta Casa, mas episódios menores como esses que não engrandecem os seus autores poderão macular a credibilidade da Casa.

O que nós queremos é que a Assembléia fique realmente acima da Mesa da Casa, acima das paixões políticas, dos nossos posicionamentos individualizados, nós não aceitaremos como nunca aceitamos que a Mesa possa se transformar e nós sabemos que ela não se transformará em ponto de apoio para outros grupos que estão aqui dentro da Casa.

É assim no nosso entendimento que as coisas devem caminhar, imparcialidade, clareza e clareza. Por-

que senão como hoje, eu li em um dos jornais, que o governador telefone ao moído e torrado presidente da Copel, como ele mesmo se definiu, dizendo: “Olha, a Assembléia por unanimidade lhe deu um voto de aplauso”.

Essa é uma fraude, senhor presidente.

É uma fraude que foi produzida aqui dentro.

Nós não podemos concordar com as fraudes, venham elas de onde vierem.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Quero esclarecer ao nobre deputado Líder das Oposições, Waldyr Pugliesi, que esta Mesa vai ser sempre a mais imparcial possível. Tanto é que nós tivemos um problema ontem, chamamos Vossa Excelência e o Líder da Situação, e tomamos as medidas para que não aconteça mais o problema que surgiu ontem.

Ainda dentro do Pequeno Expediente, deputado Luiz Carlos Alborghetti.

**(Declina)**

Não tem mais oradores inscritos no Pequeno Expediente.

Passamos ao Grande Expediente.

Horário das Lideranças, Horário das Oposições.

**(Todos Declinam)**

**O SR. ÂNGELO VANHONI (Pela Ordem)**

Senhor presidente, utilizo o espaço Pela Ordem, para fazer um comunicado à Mesa, e ao mesmo tempo para solicitar uma informação de Vossa Excelência.

Ontem, no plenário desta Casa, nós aprovamos um requerimento, da convocação da secretária da Educação, Alcyone Saliba.

O deputado Ricardo Chab, tinha colocado este requerimento na segunda-feira, e ele foi adiado. Ontem, foi colocado em votação e foi aprovado.

Nós discutimos essa situação na Comissão de Educação, que fez uma reunião, na 3.ª feira, às 10:00 h, discutiu o problema dos estudantes de Ensino Especial, e da falta de professores nas escolas do Estado do Paraná.

Inclusive hoje, tem mais uma matéria na Gazeta do Povo a respeito desse problema.

Nós da Comissão de Educação, já tínhamos decidido a data, se o requerimento fosse aprovado. Ficaria para a próxima 3ª feira, às 10:00 horas da manhã no Plenarinho.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Está confirmado, terça-feira, às 10h00 da manhã, no Plenarinho.

Informo ao nobre deputado Ângelo Vanhoni, que hoje entrei em contato com a secretária Alcyone Saliba e está devidamente convocada para a próxima 3ª feira, às 10h00 da manhã.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

## **ORDEM DO DIA,**

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, projeto de resolução de autoria dos senhores deputados Luiz Carlos Zuk, Nereu Moura, Plauto Miró Guimarães, Algaci Tulio, Hermes Fonseca e demais senhores deputados, devidamente apoiado, constante do expediente. **À Diretoria Legislativa.**

Projeto de Lei em nº de 02 (dois) de autoria do senhor deputado Custódio da Silva, constante do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 667, de autoria dos senhores deputados Irineu Colombo, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin Ângelo Vanhoni, Edson Strapasson e Valdir Pugliesi, constante do expediente, solicitando a inversão da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária. **Aprovado.**

**O SR. VALDIR ROSSONI**

Senhor presidente, com o registro de voto contrário à inversão de pauta.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Está registrado o voto contrário de Vossa Excelência.

De conformidade com o requerimento acima aprovado, passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados.

## **ITEM 11**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 37/2001, de autoria do deputado Cesar Seleme, que declara de Utilidade Pública a fundação Darvil José Caron com sede e foro no Município de Campina Grande do Sul. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. Aprovado (Publ. no D.A. nº 012, de 08.03.2001).**

## **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**

### **PROJETO DE LEI Nº 037/2001**

### **P A R E C E R :**

O presente projeto e lei, de autoria do deputado Cesar Seleme, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Fundação Darvil José Caron, com sede e foro no município de Campina Grande do Sul.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação a legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso Parecer é Favorável.

Sala das Comissões, em 20.03.2001.

(aa) **BASÍLIO ZANUSSO** - Presidente

**CARLOS SIMÕES** - Relator

**ITEM 10**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 08/2001, de autoria do deputado Nelson Justus, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores da Vila São Vicente, com sede e foro no município de Paranaguá. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 002, de 19.02.2001).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 008/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Nelson Justus tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação dos Moradores da Vila São Vicente, com sede e foro no município de Paranaguá.

Chamada esta Comissão a se manifestar, com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de Parecer Favorável.

Sala das Comissões, em 20.03.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
CARLOS SIMÕES - Relator

**ITEM 09**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 07/2001, de autoria do deputado Hermas Brandão, que altera o Art. 1º da Lei nº 12.868, que declarou de Utilidade Pública a Associação Paranaense de Veteranos e Amigos do Basquetebol. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 002, de 19.02.2001).**

COMISSÃO DAS COMISSÕES E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria de deputado Hermas Brandão, tem por objetivo alterar o artigo 1º da Lei nº 12.868, que declarou de Utilidade Pública a Associação Paranaense de Veteranos e Amigos do Basquetebol.

Chamada esta Comissão a se manifestar, com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de Parecer Favorável.

Sala das Comissões, em 20.03.2001

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
CARLOS SIMÕES - Relator

**ITEM 08**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 007/2001, de autoria do deputado Caíto Quintana, que prorroga por 30 (trinta) dias a contar de 1º de abril, o prazo contido no Art. 4º, da Resolução nº 10/2000, para apresentação de emendas de revisão constitucional. COM PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO EXECUTIVA. **Aprovado, artigo por artigo.**

**ITEM 07**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 035/2001, de autoria do deputado Cesar Seleme, que declara de Utilidade Pública a Assistência Social Luz e Vida, com sede e foro no município de Curitiba. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. **Aprovado, artigo por artigo.**

**ITEM 06**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 033/2001, de autoria do deputado Plauto Miró Guimarães, que declara de Utilidade Pública a Associação Reviver de Assistência aos portadores do vírus HIV na cidade de Ponta Grossa. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. **Aprovado, artigo por artigo.**

**ITEM 05**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 014/2001, de autoria do deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública a Associação Arns Curandi, com sede e foro nesta Capital. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. **Aprovado, artigo por artigo.**

**ITEM 04**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 287/2000, de autoria do deputado Nelson Justus, que declara de Utilidade Pública o Centro de Excelência de Xadrez, com sede e foro nesta Capital. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. **Aprovado, artigo por artigo.**

**ITEM 03**

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 347/2000, de autoria do deputado Chico Noroeste, que autoriza o Poder Executivo a criar e implantar o curso de Direito no campus de Foz do Iguaçu da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.E.M.A. COM EMENDA DE PLENÁRIO. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. À EMENDA. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO.

Apreciaremos emenda aprovada em 2ª Discussão. Quem aprova a emenda, queira levantar-se.

**O SR. ELIO RUSCH (Pela Ordem)**

Vossa Excelência está invertendo a votação, está pedindo para que quem aprova a emenda, levante-se. Então, eu gostaria que se mantivesse a votação: quem tivesse favorável permanecesse como está ou solicito um esclarecimento.

**O SR. IRINEU COLOMBO (Pela Ordem)**

Até para ajudar ao deputado Elio Rusch nesta questão, que nós pudéssemos ter conhecimento da emenda em seguida à votação, para esclarecimento do Plenário.

O SR PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Solicito ao 1º secretário a leitura da Emenda. Acatamos a Questão de Ordem levantada por Vossa Excelência, deputado Elio Rusch.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Cesar Seleme**)  
(**Lê Emenda**)

O SR PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Em votação a Emenda. **Aprovada.**

O SR. CAÍTO QUINTANA (**Pela Ordem**)

Apenas para um esclarecimento, a emenda foi apresentada na 2ª votação?

O SR PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Na 2ª votação. Foi à Comissão de Constituição e Justiça e retornou ao Plenário.

O SR. ELIO RUSCH (**Pela Ordem**)

Este projeto do deputado Chico Noroeste, que apresenta um projeto autorizatório criando o curso de Direito no campus de Foz do Iguaçu, através da Universidade do Oeste, a Unioeste, nós tivemos entendimento com o deputado Chico, para que pudéssemos aprovar o projeto e que fosse apresentado, também, o curso de Direito em Marechal Cândido Rondon, uma vez que o curso de Direito já faz parte do plano de expansão da própria Unioeste. E se fôssemos aprovar apenas o projeto de lei, apenas o projeto de lei dizendo que autorizamos Foz do Iguaçu, politicamente poderia ser explorado contra a nossa pessoa em Marechal Cândido Rondon, aliás, que pelo contrário alguns oportunistas já estão aproveitando.

O SR PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

## ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 267/99, de autoria do deputado Ademir Bier, que fica autorizado o governo do Estado, através da Companhia de Saneamento do Paraná, conceder redução da taxa de coleta e tratamento de esgotos de 80% (oitenta por cento), para 30% (trinta por cento) sobre o montante do valor de fatura de água para famílias cuja renda atinja até dois salários mínimos. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.F.. COM PARECER CONTRÁRIO DA C.C.J.. COM EMENDA DE PLENÁRIO E SUB-EMENDA DA C.C.J.. COM PARECER FAVORÁVEL. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovado o projeto, artigo por artigo.****

Vamos apreciar neste turno emenda aprovada em 2ª discussão. **Aprovada** a emenda.

## ITEM 01

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 132/2000, de autoria do Poder Judiciário, que dispõe sobre as tabelas I, II,

III, VII, IX e X, do Regimento de Custas e adota outras providências. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA C.C.J.. EM REGIME DE URGÊNCIA.**

PROJETO DE LEI Nº 132/2000

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - As custas processuais nos Juizados Especiais Cíveis, conforme estabelecem o artigo 51, §2º, o artigo 54, parágrafo único e o artigo 55, incisos I, II e III, da Lei Federal nº 9.099, de setembro de 1995, são devidas nas seguintes hipóteses:

I - no preparo do recurso inominado, que compreenderá todas as despesas, inclusive as dispensadas em primeiro grau;

II - na extinção do processo motivada pelo não comparecimento do autor;

III - quando reconhecida a litigância de má fé, tanto no processo de conhecimento quanto no de execução;

IV - quando os embargos do devedor forem julgados improcedentes;

V - quando se tratar de execução de sentença que tenha sido objeto de recurso desprovido do devedor.

Art. 2º - As custas processuais, nos Juizados Especiais Criminais, são devidas nas hipóteses:

I - de descumprimento da composição civil;

II - de decisão condenatória.

Art. 3º - As custas processuais estabelecidas no artigo 1º, inciso I, serão depositadas em caderneta de poupança à disposição do Juízo.

§ 1º - Se provido o recurso, após o trânsito em julgado da decisão, será devolvido ao recorrente o valor que lhe couber.

§ 2º - Se desprovido ou não conhecido, uma vez transitada em julgado a decisão, o valor deverá ser transferido, desde logo, mediante guia, para a conta do Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário - FUNREJUS.

Art. 4º - As custas processuais, previstas nos incisos II, III, IV e V, do artigo 1º e incisos I e II, do artigo 2º, bem como as custas recursais nos Juizados Especiais, serão recolhidas por ocasião do preparo, ao Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário - FUNREJUS.

Art. 5º - As custas processuais nos Juizados Especiais Cíveis serão calculadas no percentual de 50% (cinquenta por cento) dos valores estipulados na tabela IX, item XIX, do Regimento de Custas.

Art. 6º - As custas processuais nos Juizados Especiais Criminais serão calculadas no percen-

tual de 50% (cinquenta por cento) dos valores estipulados na tabela X, item III, letra "a", do Regimento de Custas.

Art. 7º - Os encargos decorrentes da transcrição de gravação de fita magnética serão cobrados em valor igual ao constante na letra "a", do item XVIII, da tabela IX, do Regimento de Custas.

Art. 8º - As tabelas II, III e VII, do Regimento de Custas dos Atos Judiciais, referidas no artigo 49, da lei nº 6.149, de 9 de setembro de 1970, ficam restabelecidas e passam a vigorar conforme anexo.

Art. 9º - As tabelas I, IX e X, do Regimento de Custas dos Atos Judiciais, a que se refere o artigo 49, da Lei nº 6149, de 09 de setembro de 1970, atualizadas pela Lei nº 11.960, de 129 de dezembro de 1997, passam a vigorar conforme anexo.

Art. 10 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04.05.2000.

(a) PODER JUDICIÁRIO

#### ANEXO

#### Tabela I

##### DOS ATOS DOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA E ALÇADA - SECRETARIAS

	R\$
I - Recursos interpostos para o Tribunal de Justiça ou de Alçada e para os Tribunais Superiores.....	25,00
II - Reclamações, Correções Parciais e Conflitos de Competência.....	25,00
III - Mandato de Segurança.....	25,00
IV - Ação rescisória - 4% (quatro por cento) sobre o valor da causa:	
- mínimo.....	13,00
- máximo.....	60,00
V - Deserção.....	25,00
VI - Alvarás, Ofícios, Editais e Traslados:	
a) uma folha.....	2,00
b) por folha que exceder.....	1,00
VII - Carta Precatória, Carta de Ordem, Carta Rogatória e Carta de Sentença.....	15,00

OBS.: a este valor será acrescentado o montante necessário para o porte postal devido para a devolução.

NOTA 1 - Nos demais processos originários e nos casos omissos, serão cobradas as mesmas custas fixadas para a primeira instância.

NOTA 2 - A arrecadação total será recolhida ao Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário - FUNREJUS.

#### Tabela II

##### ATOS DOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA E ALÇADA SECRETÁRIOS

	R\$
I - Certidões:	
a) Pela primeira folha.....	2,00
b) Por folha que exceder.....	1,00
II - Registros de diplomas de bacharéis ou cartas de doutores em direito.....	10,00
III - Autenticação de cópias reprográficas ou similares extraídas de processos arquivados ou em andamento na Secretaria.....	0,20

NOTA: A arrecadação total será recolhida ao Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário - FUNREJUS.

#### Tabela III

##### ATOS DA PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA SECRETÁRIO

	R\$
I - Certidões:	
a) Pela primeira folha.....	2,00
b) Por folha que exceder.....	1,00
II - Autenticação de cópias reprográficas ou similares extraídas de processos arquivados ou em andamento na Secretaria.....	0,20

NOTA: A arrecadação total será recolhida ao Fundo Especial do Ministério Público do Estado do Paraná - FUEMP/PR.

#### Tabela VII

##### MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

	R\$
I - Ao Ministério Público Estadual, nos feitos em que intervém, inclusive notariais e registros.....	2,50

NOTA: A arrecadação total será recolhida ao Fundo Especial do Ministério Público do Estado do Paraná - FUEMP/PR.

**Tabela IX****ATOS DOS ESCRIVÃES DO CÍVEL, DA FAMÍLIA,  
DA FAZENDA E ATOS DOS  
JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS**

(...)  
XVIII - ...  
a) ...  
(...)

NOTA: Os encargos decorrentes da transcrição de gravação de fita magnética nos Juizados Especiais, serão cobrados conforme o item XVIII, letra “a”.

XIX - ...  
(...)

NOTA 8 - As custas processuais nos Juizados Cíveis correspondem a 50% (cinquenta por cento) dos valores apontados neste item e a sua arrecadação será recolhida ao Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário - FUNREJUS.

**Tabela X****ATOS DOS ESCRIVÃES DO CRIME E ATOS DOS  
JUIZADOS ESPECIAIS CRIMINAIS**

(...)  
III - Processos em espécie:  
a) ...  
(...)

NOTA - As custas processuais nos Juizados Especiais Criminais correspondem a 50% (cinquenta por cento) dos valores apontados no item III, letra “a” e a sua arrecadação será recolhida ao Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário - FUNREJUS.

**JUSTIFICATIVA:**

O ingresso ao Juizado Especial independe do pagamento de custas, taxas ou despesas, visando facilitar o acesso à Justiça em primeira instância. Para facilitação deste acesso à Justiça, o Poder Judiciário custeia as despesas de manutenção do referido órgão.

Assim o cidadão comum, desprovido de capacidade econômica, para propor ação nos Juizados Especiais, é isento de qualquer desembolso; entretanto, a gratuidade estabelecida pela Lei Federal nº 9099/95, cessa com a prolação da sentença.

Há estudos que indicam que, aproximadamente, 90% das sentenças de primeiro grau são confirmadas pelos tribunais, o que pode significar serem os recursos, na maioria das vezes, meramente protelatórios.

Considerando que a Lei Federal nº 9099/95 disciplina em que situações incidirão custas processuais nos Juizados Especiais;

Considerando que há necessidade de se estabelecer, com urgência, o “quantum” devido nesse casos, ante as situações concretas que estão a ocorrer em todo o Estado;

Considerando que cabe ao Poder Legislativo Estadual disciplinar esses valores, na forma do artigo 150, inciso I, da Constituição da República Federativa do Brasil;

Considerando a necessidade das custas processuais serem reduzidas nos Juizados Especiais (art. 87, da Lei nº 9099, de 26 de setembro de 1995), pretende-se com este anteprojeto, a cobrança de custas nos Juizados Especiais Cíveis e Criminais, objetivando o desestímulo aos recursos protelatórios, incentivando o término da demanda em primeira instância.

As custas dos recursos nos Juizados Especiais são depositadas em conta especial e serão integralmente devolvidas ao recorrente, caso seja vencedor perante a Turma Recursal. Só aqueles recorrentes que perderem a demanda, em fase recursal, responderão pelo pagamento das despesas que serão revertidas a favor do Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário - Funrejus.

As demais hipóteses de custas referem-se a casos de má-fé processual, que necessitam ser coibidos.

Nos Juizados Criminais, propõe-se a cobrança de custas apenas nos casos de sentença condenatória e de descumprimento de acordo civil.

Por derradeiro, convém acrescentar que o Regimento de Custas dos Atos Judiciais, em sua Tabela I, na parte referente aos Atos dos Tribunais de Justiça e Alçada, estabelece valores irrisórios para a interposição de recursos.

Por exemplo:

Atualmente, na interposição de um recurso para o Tribunal de Justiça ou para o Tribunal de Alçada, é recolhido, a título de custas, o valor simbólico de R\$3,75 (três reais e setenta e cinco centavos).

Este anteprojeto de lei propõe a revisão na base de cálculo estabelecida na referida Tabela, cujos recursos serão destinados ao Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário - Funrejus (100%), em virtude de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADIN, de nº 2040, que suspende o repasse dos recursos destinados à Carteira de Previdência Complementar dos Servidores do Poder Judiciário.

O Ministério Público, pelo seu ilustre Procurador Geral da Justiça, propôs os valores consignados nas tabelas III e VII, cuja arrecadação será integralmente destinada ao Fundo Especial do Ministério Público do Estado do Paraná - FUEMP/PR, que também são submetidas à apreciação dessa augusta Assembléia Legislativa.

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**  
**PROJETO DE LEI Nº 132/2000**

**P A R E C E R :**

O presente projeto de lei, de autoria do Tribunal de Justiça, visa dispor sobre as tabelas I, II, III, VII, IX e X,

do Regimento de Custas dos Atos Judiciais e adota outras providências.

Chamada esta Comissão a se manifestar, somos de Parecer Favorável, na forma do substitutivo geral anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 20.03.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ALGACI TULIO - Relator

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
SUBSTITUTIVO GERAL AO  
PROJETO DE LEI Nº 132/2000**

Artigo Único - O Projeto de Lei nº 132/2000 passa a ter a seguinte redação:

Art. 1º - As custas processuais nos Juizados Especiais Cíveis, conforme estabelecem o artigo 51, § 2º, o artigo 54, Parágrafo Único e o artigo 55, incisos I, II e III da Lei Federal nº 9099 de 26 de setembro de 1995 são devidas nas seguintes hipóteses:

I - no preparo do recurso inominado, que compreenderá todas as despesas, inclusive as dispensadas em primeiro grau;

II - na extinção do processo motivada pelo não comparecimento do autor;

III - quando reconhecida a litigância de má-fé, tanto no processo de conhecimento quanto no de execução;

IV - quando os embargos do devedor forem julgados improcedentes;

V - quando se tratar de execução de sentença que tenha sido objeto de recursos desprovido do devedor.

Art. 2º - As custas processuais, nos Juizados Especiais Criminais, são devidas nas hipóteses:

I - de descumprimento da composição civil;

II - de decisão condenatória.

Art. 3º - As custas processuais estabelecidas no artigo 1º, inciso I, serão depositadas em caderneta de poupança à disposição do Juízo.

§ 1º - Se provido o recurso, após o trânsito em julgado da decisão, será devolvido ao recorrente o valor que lhe couber.

§ 2º - Se desprovido ou não conhecido, uma vez transitada em julgado a decisão, o valor deverá ser transferido, desde logo, mediante guia, para a conta do Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário - Funrejus.

Art. 4º - As custas processuais, previstas nos incisos II, III, IV e V do artigo 1º e incisos I, e II do artigo 2º, bem como as custas recursais nos Juizados Especiais, serão recolhidas por ocasião do preparo, ao Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário - Funrejus.

Art. 5º - As custas processuais nos Juizados Especiais Cíveis serão calculadas nos percentuais de 50%

(cinquenta por cento) dos valores estipulados na Tabela IX, item I, do Regimento de Custas.

Art. 6º - As custas processuais nos Juizados Especiais Criminais serão calculados no percentual de 50% (cinquenta por cento) dos valores estipulados na Tabela X, item III, letra "a" do Regimento de Custas.

Art. 7º - Os encargos decorrentes da transcrição de gravação de fita magnética serão cobrados em valor igual ao constante na letra "a" do item V da Tabela IX do Regimento de Custas.

Art. 8º - As Tabelas II, III e VII do Regimento de Custas dos Atos Judiciais, referidas no art. 49 da Lei 6149/70 ficam restabelecidas e passam a vigorar conforme anexo.

Art. 9º - As Tabelas I, IX e X do Regimento de Custas dos Atos Judiciais a que se refere o artigo 49 da Lei 6149/70, atualizadas pela Lei nº 11960/97, passam a vigorar conforme anexo.

Art. 10 - Fica revogado o artigo 43 da Lei nº 6149/70.

Art. 11 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 13.03.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ALGACI TULIO - Relator

**ANEXO**

**Tabela I**

**DOS ATOS DOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA E  
ALÇADA - SECRETARIAS**

	R\$
I - Recursos interpostos para o Tribunal de Justiça ou de Alçada e para os Tribunais Superiores.....	25,00
II - Reclamações, Correções Parciais e Conflitos de Competência.....	25,00
III - Mandato de Segurança.....	25,00
IV - Ação rescisória - 4% (quatro por cento) sobre o valor da causa:	
- mínimo.....	13,00
- máximo.....	60,00
V - Deserção.....	25,00
VI - Alvarás, Ofícios, Editais e Traslados:	
a) uma folha.....	5,00
b) por folha que exceder.....	1,50
VII - Carta Precatória, Carta de Ordem, Carta Rogatória e Carta de Sentença.....	22,50

Obs: A esse valor será acrescido o montante necessário para o porte postal devido para a devolução.

NOTA 1 - Nos demais processos originários e nos casos omissos serão cobradas as mesmas custas fixadas para a primeira instância.

NOTA 2 - A arrecadação total será recolhida ao Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário - Funrejus.

**Tabela II**  
**ATOS DOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA E ALÇADA**  
**SECRETÁRIOS**

	R\$
I - Certidões:	
a) pela primeira folha.....	5,00
b) por folha que exceder.....	1,50
II - Registros de Diplomas de bacharéis ou cartas de doutores em direito.....	10,00
III - Autenticação de cópias reprográficas extraídas de processos arquivados ou em andamento na secretaria.....	1,50

NOTA: A arrecadação total dos atos acima mencionados, será recolhida ao Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário - Funrejus.

**Tabela III**  
**ATOS DA PROCURADORIA GERAL DA**  
**JUSTIÇA SECRETÁRIO**

	R\$
I - Certidões:	
a) pela primeira folha.....	5,00
b) por folha que exceder.....	1,50
II- Autenticação de cópias reprográficas extraídas de processos arquivados ou em andamento na secretaria.....	1,50

NOTA: A arrecadação total dos atos acima mencionados, será recolhida ao Fundo Especial do Ministério Público do Estado do Paraná - FUEMP/PR.

**Tabela VII**  
**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO**  
**PARANÁ**

	R\$
I -Ao Ministério Público Estadual, nos feitos em que intervém, inclusive notariais e registros.	3,00

NOTA: A arrecadação total dos atos acima mencionados, será recolhida ao Fundo Especial do Ministério Público do Estado do Paraná - FUEMP/PR.

**Tabela IX**

I - Arrolamentos, inventários, sobre partilhas de bens, embargos, processos com procedimentos especial de jurisdição voluntária, de conhecimento (incluindo procedimento especiais de jurisdição contenciosa), incidentes procedimentos mandados de segurança, medidas cautelares, alvarás, retificações, processos de execução em geral, execuções de sentenças, separações, divórcios e dissolução da sociedade conjugal, alimentos em geral, reconvenções, falências, concordatas, restituição de mercadoria, extinção de obrigações, recursos, exceções e demais ações, as mesmas custas previstas na atual tabela XIX do Regimento.

II - Buscas cada 10 anos, autuação..... 66,66 VCRs - R\$5,00 e desarquivamento de processos.

III - Certidão extraída de autos, livros ou documentos, e por ofício, edital e alvará expedido.

Primeira Folha	66,66 VCRs	R\$5,00
Por folha que exceder	20,00 VCRs	R\$1,50

IV - Conferência e reprodução, cópia ou via de qualquer papel com o original; conferência e conserto de traslado ou pública forma, avisos e publicações de avisos.....20,00 VCRs - R\$1,50.

V - Cartas Precatórias:

a) Recebidas, pelo respectivo cumprimento, quando para notificação, intimação ou citação, exceto diligência, condução e porte postal devido pela devolução... 1.000,00 VCRs - R\$75,00.

b) Recebidas, pelo respectivo cumprimento, para atos executivos ou avaliação de bens, pagamento de impostos expedidas em processos de inventário, arrolamento e partilha de bens, em processos de execuções em geral, prisão, inquirição, perícia e busca e apreensão - metade das custas previstas no item I, mais porte postal.

c) expedida, para o respectivo cumprimento além do porte postal, quando houver... 66,66 VCRs - R\$5,00.

VI - Por carta de sentença..... 30,00 VCRs - R\$22,50 rogatória e mandado de averbação.

VII - Por carta de Adjudicação e formal de partilha expedido..... 1.000,00 VCRs - R\$75,00.

a) carta de arrematação, remissão e requisitória de pagamento, as mesmas custas previstas no item I.

VII - Separações, divórcios,..... 2.400,00 VCRs - R\$180,00

Conversões e dissoluções de sociedade conjugal.

a) Havendo bens, acrescentam-se as custas previstas no item I.

IX - Declaração de habilitação de crédito:

a) no prazo - 25% das custas taxadas no item I.

b) retardatária ou impugnação de crédito - 5% das custas taxadas no item I.

X - Procedimentos administrativos, justificações, protestos, notificações, interpelações,... 600 VRCs - R\$45,00.

NOTA 1 - Nos processos de inventários, arrolamentos, sobre partilhas de bens, as custas serão calculadas sobre o valor integral dos bens objetos dos mesmos.

NOTA 2 - As custas processuais não poderão ser dispensadas, parceladas ou negociadas sem a expressa concordância de seus favorecidos.

NOTA 3 - Nos processos em geral, o cálculo das custas incidirá sobre o valor legal da ação devidamente corrigido, devendo ser observado, para efeito de atribuição ao valor da causa, o contido nos artigos 258, 259 e 260m do CPC.

NOTA 4 - O recolhimento contido no CPC referente às custas devidas pelos atos praticados, seguirá os critérios da lei vigente.

NOTA 5 - As custas decorrentes das ações com o benefício da gratuidade processual, tomarão por base a presente tabela, devendo ser obedecido o artigo 1º, IV da Constituição Estadual.

NOTA 6 - As custas remanescentes deverão ser pagas antes do julgamento da causa e sobre elas incidirão correção monetária e juros na forma da lei, a partir de sua inadimplência, podendo as partes devedoras serem inscritas no banco de dados dos ofícios distribuidores.

NOTA 7 - as custas dos processos de alvarás, serão cobradas na proporção de 50% das previstas no item I.

NOTA 8 - Fica revogado o artigo nº 43 da Lei nº 6149/70.

NOTA 9 - Na renovação de inventário por morte do cônjuge ou herdeiro, as custas serão acrescidas de mais 10%.

NOTA 10 - As custas serão devidas na base de 100% quando da efetivação do depósito inicial ou do início da execução da sentença e demais ações.

NOTA 11 - O valor do VRC será reajustado anualmente na forma disposta no Decreto nº 1544/95 e, na hipótese de sua revogação, pelo índice legal que venha a substituí-lo. A tabela será automaticamente elaborada no primeiro dia útil de cada ano, pelo senhor contador judicial, tomando-se por base, janeiro de 2.001.

NOTA 12 - Os encargos decorrentes da transcrição de gravação de fita magnética nos Juizados Especiais serão cobrados conforme o item V da letra "a".

NOTA 13 - As custas processuais dos Juizados Especiais Cíveis correspondem a 50% (cinquenta por cento) dos valores apontados no item I e a sua arrecadação será recolhida ao Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário - Funrejus.

NOTA 14 - Ficam revogados todos os outros itens e notas constantes da tabela IX do Regimento de Custas dos Atos Judiciais e as disposições em contrário.

## Tabela X

(...)

III - Processos em espécie:

a) ...

b) (...)

NOTA - As custas processuais nos Juizados Especiais Criminais correspondem a 50% (cinquenta por cento) dos valores apontados no item III, letra "a" e a sua arrecadação será recolhida ao Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário - Funrejus.

JUSTIFICATIVA:

O ingresso ao Juizado Especial independe do pagamento de custas, taxas ou despesas, visando facilitar o acesso à Justiça em primeira instância. Para facilitação deste acesso à Justiça, o Poder Judiciário custeia as despesas de manutenção do referido órgão.

Assim o cidadão comum, desprovido de capacidade econômica, para propor ação nos Juizados Especiais, é isento de qualquer desembolso; entretanto, a gratuidade estabelecida pela Lei Federal nº 9099/95, cessa com a prolação da sentença.

Há estudos que indicam que, aproximadamente, 90% das sentenças de primeiro grau são confirmadas pelos tribunais, o que pode significar serem os recursos, na maioria das vezes, meramente protelatórios.

Considerando que a Lei Federal nº 9099/95 disciplina em que situações incidirão custas processuais nos Juizados Especiais; que há necessidade de se estabelecer, com urgência, o quantum devido nesse casos e que cabe ao Poder Legislativo Estadual disciplinar esse valores, conforme previsto na Constituição Federal, pretende-se, com este anteprojeto, a cobrança de custas nos Juizados Especiais Cíveis e Criminais, objetivando o desestímulo aos recursos protelatórios, incentivando o término da demanda em primeira instância.

As custas dos recursos nos Juizados Especiais são depositadas em conta especial e serão integralmente devolvidas ao recorrente, caso seja vencedor perante a Turma Recursal. Só aqueles recorrentes que perderem a demanda, em grau de recurso, responderão pelo pagamento das despesas que serão revertidas a favor do Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário - Funrejus.

As demais hipóteses de custas referem-se a casos de má-fé processual, que necessitam ser coibidos.

Nos Juizados Criminais, propõe-se a cobrança de custas apenas nos casos de sentença condenatória e de descumprimento de acordo civil.

Por derradeiro, convém acrescentar que o Regimento de Custas dos Atos Judiciais, em sua Tabela I e IX, na parte referente aos Atos dos Tribunais de Justiça e Alçada, estabelece valores irrisórios de custas e para a interposição de recursos.

Exemplifica-se. Atualmente, na interposição de um recurso para o Tribunal de Justiça ou para o Tribunal de Alçada é recolhido, a título de custas, o valor simbólico de R\$3,75 (três reais e setenta e cinco centavos).

Este substitutivo propõe a revisão na base de cálculo estabelecida na referida Tabela I, cujos recursos serão destinados ao Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário - Funrejus (100%) - em virtude de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADIN nº 2040, que suspende o repasse dos recursos destinados à Carteira de Previdência Complementar dos Servidores do Poder Judiciário.

O Ministério Público, pelo seu ilustre Procurador Geral da Justiça, propôs os valores consignados nas Tabelas III e VII, cuja arrecadação será integralmente destinada ao Fundo Especial do Ministério Público do Estado do Paraná - Fuemp/PR, que também são submetidas à apreciação da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

O presente substitutivo geral, faz-se necessário, tendo em vista o tempo em que o projeto se encontra nesta Casa de Leis.

#### O SR. IRINEU COLOMBO (Para Encaminhar)

Senhor presidente, este projeto está, sob a minha ótica, eivado de uma série de dúvidas. Não estou em absoluta condição de votar favoravelmente. Portanto, neste momento, estou encaminhando votação contrária para um juízo do Plenário. O projeto tem uma série de custas aos procedimentos dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais. E sabemos que ultimamente as custas judiciais, sobretudo no Paraná, tiveram aumentos consideráveis. E quando se trata de custas eu me arrepio. O mesmo procedimento, vejam senhores deputados, informações que recebi da O.A.B. que na Justiça Federal custa 20 reais, aqui no Paraná custa 400 reais. Então é uma exorbitância descomunal.

Então tudo que se tratar de custas aqui vou votar contra, porque Justiça cara é, por definição, injustiça. Acho que tem condições da gente discutir uma abordagem do Estado com relação à Justiça Gratuita, às Pequenas Causas ou os advogados que prestam Justiça gratuita, acionamento gratuito no Paraná não receberam recursos. Soubemos que o Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário tem bastante dinheiro. E agora no item IV - na verdade transforma tudo o que tem aqui de arrecadação, acaba colocando, vejam bem o item IV:... as custas processuais previstas nos incisos II, III, IV e V, portanto vale tudo no artigo 1º, inciso II e III, todo artigo 2º, que implica em custas vai para o Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário. A administração deste Fundo sabe lá todo mundo como é que é administrado.

Estou fazendo um encaminhamento contrário a bem da Justiça, sobretudo ao povo mais pobre do Paraná. Há uma série de dúvidas e o projeto tem que ser mais esclarecido. Se um outro deputado tiver um juízo perfeito do que estamos votando e puder esclarecer com amplitude esse projeto, poderei até rever a minha posição. Mas no momento voto contrário.

Obrigado.

#### O SR. JOSÉ MARIA (Para Encaminhar)

Nós no passado já votamos, nesta Casa, o Funrejus. É um Fundo que hoje causa espécie a todo cidadão que recorre à Justiça. É cara, o deputado Irineu Colombo acabou de citar um exemplo comparativo entre a Justiça Estadual e a Federal. E cada vez que votamos qualquer custo, nesta Casa, em relação à Justiça, distanciamos o cidadão do acesso à Justiça. Esse recurso, parte dele, vai acabar caindo no Funrejus. Nós não sabemos quanto é o montante, não tem balancete, é uma caixa que não conhecemos. E esta Casa, mais uma vez, vem e vota algo que não conhece bem.

É complexa a legislação do judiciário. A C.C.J. com o parecer do deputado Algaci Tulio que depois, inclusive, gostaria de ver o pronunciamento, porque ele foi relator, relatou esta matéria no dia 20 de março.

Confesso que não tive, mesmo sendo membro da C.C.J., eu não tive tempo de acompanhar e pretendia fazê-lo junto a OAB, Seccional de Londrina, Seccional de Ibiporã, para saber aonde nós poderemos aperfeiçoar, quando nós poderemos ajudar a construir na realidade um projeto que ajude a justiça de nosso Estado, especialmente a população.

Portanto, eu não vejo condições de nós Parlamentares votarmos mais uma vez para contribuir com os custos da justiça de nosso Estado. amanhã eu posso usar aquela Tribuna e dizer sou favorável por estas e estas razões, mas nós estaremos perdendo o momento, senhor presidente, senhores deputados, de aperfeiçoar a cobrança das custas judiciais. Esta Casa não pode ter iniciativa de nenhum projeto que parte do Judiciário, mas é o momento que nós temos, deputado Caíto, de aperfeiçoar o que aqui cai e talvez este seja um dos momentos nossos, se nós avaliarmos, se nós analisarmos, se nós fizermos deste projeto uma matéria de estudo para a construção de uma cobrança justa na justiça.

Portanto, eu sei que está em regime de urgência, o regime não permite a retirada, mas eu solicitaria à Presidência, até para que nós tenhamos, é uma questão maior do que o nosso próprio Regimento, de que Vossa Excelência submetesse ao Plenário, a retirada do projeto para que nós fizéssemos um estudo e desse um tempo, que os deputados fizessem um estudo meio rápido e com esta celeridade nós tivéssemos aqui a oportunidade de submeter a votação e a Casa e a Mesa, estaria cumprindo o papel de fazer o trâmite deste projeto.

Eu agradeço. Só espero que tenhamos condições de não votar.

#### O SR. BRAZ PALMA (Pela Ordem)

Quero ser breve, senhor presidente, mas acompanhando o raciocínio do deputado José Maria e deputado Irineu Colombo, nós também achamos que faltam requisitos para formarmos um convencimento e eu apelo a Vossa Excelência também a retirada porque nós desejamos e precisamos de uma justiça forte, uma justiça que esteja aparelhada para agilizar os trabalhos, julgar os pro-

cessos, enfim, atender os anseios da nossa comunidade, da nossa população.

Agora, por outro lado Vossa Excelência está vendo que os dados aqui mexem com valores apesar de pertencer a juizados especiais cíveis, já num grau de recurso, mas trata de valores e precisamos de um assessoramento para formarmos um convencimento.

Então, o Funrejus, como bem está dito é um fundo para dentro do Poder Judiciário, mas nós não temos informações de quanto é arrecadado anualmente e aplicação desses recursos. Tudo isto causa em nós espécie, dúvidas e eu também compartilho que nós devamos fazer deste momento, um momento de reflexão e pedir, solicitar ao Judiciário que seja mais claro na sua reivindicação para que esta Casa possa decidir com discernimento, com assertiva e acima de tudo na defesa dos interesses do povo, porque como já se disse nesta Casa a justiça quanto mais cara, mais distante daquelas pessoas mais pobres e nós temos que estar ao lado, senhor presidente, do nosso povo e por isso eu solicito também a retirada deste projeto para melhor entendimento.

Muito obrigado.

#### O SR. ALGACI TULIO (Pela Ordem)

Apenas quero fazer um adendo - eu fui citado pelo deputado José Maria Ferreira, dizer aos senhores Parlamentares que na C.C.J. não se entra no mérito do projeto. Não é na C.C.J. que se calcula valores. Na C.C.J. se discute se aprova ou a legalidade e a constitucionalidade do projeto. Então, na primeira discussão e na primeira votação que ele vem para o Plenário, ele não vem para ser discutido o seu mérito, vem para ser discutida sua legalidade e sua constitucionalidade e o parecer ao meu Substitutivo Geral do projeto foi exatamente em cima da legalidade e da constitucionalidade.

Eu entendo, senhor presidente, que a Casa pode votar com toda a tranquilidade nesta primeira votação, pela legalidade e pela constitucionalidade. Na 2ª votação, sim, cabe ao plenário e aos senhores parlamentares discutir a questão do mérito do projeto: tabelas e valores. É bom lembrar que esse projeto estava na Casa, desde maio do ano passado e não havia uma definição. Quero deixar bem claro isso, que a esse relator coube analisar o projeto, dentro da sua legalidade e constitucionalidade, permitindo que viesse para esta Casa, em função de que estava em regime de urgência, foi aprovado na C.C.J. Cabe, agora, aos senhores parlamentares, em plenário, na segunda discussão, sim, discutir, emendar e entrar no mérito da matéria, senhor presidente.

#### O SR. WALDYR PUGLIESI

Questão de Ordem, senhor presidente?

(Assentimento)

Logicamente que esse projeto é de competência exclusiva do Poder Judiciário. Faço uma indagação a Vossa Excelência estou vendo aqui que tem parecer favorável da C.C.J. Necessariamente não teria que estar aqui

um parecer favorável ou contrário da Comissão de Finanças, para depois chegar e caminhar, aqui, em regime de discussão e votação? Sabemos que hoje só se trata da constitucionalidade e da legalidade do projeto, que é legal e constitucional. Mas a indagação que faço, não teria que ter batido às portas da Comissão de Finanças, desta Casa, antes de ter aportado no Plenário?

#### O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem)

Senhor presidente?

(Assentimento)

Senhor presidente, quero justificar uma coisa, que muitas e muitas vezes, nós acabamos não lendo a própria razão de um projeto.

Quero dizer que esse é um projeto judiciário, portanto ele não está afeto a cobrança ou alteração de cobranças de tabelas já existentes.

O Artigo 1º do projeto diz o seguinte: “As custas processuais nos juizados especiais cíveis, conforme estabelece o Artigo 51, § 2º, do Artigo 54, Parágrafo Único e Artigo 55, Inciso 1º. 2º e 3º da Lei Federal nº 9.099, de 26 de setembro de 95, são devidos da seguinte forma: “Portanto, a lei que criou os juizados especiais está sendo regulamentada, para dizer em quais condições ou em quais formas pode ser cobrado. O que diz o Inciso I: “No preparo de recurso inominado, na extinção do projeto motivado pelo não comparecimento do autor, quando reconhecida a litigância de má-fé; quando os embargos do devedor forem julgados procedentes; quando se tratar de execução de sentença, que tenha sido objeto de recurso desprovido ao devedor.

As custas processuais dos juizados especiais criminais serão devidas em que hipótese, quando que deve nos recursos: “No descumprimento da composição civil e da decisão condenatória”.

Ora, senhor presidente, é só vermos pela própria justificativa do projeto, nenhuma comarca, quando o cidadão entra em um juizado especial, lá na comarca dele a justiça é gratuita - ele nada paga.

Quando dá uma sentença e por um efeito apenas protelatório, para não cumprimento de sentença ou coisa semelhante, o advogado recorre ao Tribunal de Justiça ou do Tribunal de Justiça para o Tribunal Superior, o que é que acontece? Vai ter uma cobrança de custas, por causa do recurso. Está claro, no Artigo 1º. “No preparo de recursos é que se cobra.” Quanto é que se cobra? “Então aqui as tabelas do projeto: “No recurso interposto para o Tribunal de Justiça e Alçada ou para Tribunais Superiores, quando faz um recurso, vai pagar 25 reais. Nas reclamações e correções e conflitos de competência, vai pagar 25,00 reais, na ação rescisória o valor mínimo é treze reais e o valor máximo é sessenta reais, e eu chamo a atenção, no recurso, na Comarca de origem onde foi entrado na Juizado Especial o cidadão não paga. Quando ele vai recorrer, ou para o Tribunal de Justiça, ou para o Tribunal, é que haverá essas tabelas que estão aqui exatamente

para custear o trabalho da justiça no recurso. Portanto, eu concordo com as colocações do deputado Algaci Tulio.

Estamos votando a constitucionalidade do projeto e eu pediria a Vossa Excelência que após votar a constitucionalidade nós retirássemos o projeto da Ordem do Dia para que os senhores deputados pudessem avaliar com mais precisão a votação da 2ª votação, colocasse num tempo mais longo para que se pudesse discutir, porque acho que é só ler com atenção o projeto que nós vamos perceber que nós estamos regulamentando um juizado que já foi criado e não foi regulamentado até agora, e em que condições que pode ser cobrado.

**O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (Pela Ordem)**

Senhor presidente, desde que a Casa e esse Plenário tenha mais tempo para analisar, para compreender o valor dessas cobranças, e as extensões, e poder inclusive contribuir no processo, eu entendo que nós teremos condições se assim Vossa Excelência entender. É possível dar aí quinze, trinta dias para que nós possamos fazer uma análise?

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Depois de ouvir as questões de ordem eu passo a decidir.

**O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (Pela Ordem)**

Aproveito a oportunidade da questão de ordem para anunciar a presença nesta Casa, nas galerias de honra desse Plenário, do presidente da Câmara de Ibi- porã, Luiz Pedro Chimentão, do vereador Rubisnei Iná- cio Pinto e do ex-vereador Luiz Korimata que hoje acompanha os nossos trabalhos.

**O SR. EDSON STRAPASSON (Para Encaminhar)**

Senhor presidente e senhores deputados, esse projeto realmente, apesar de estar em regime de urgência, não pode haver o seu adiamento. No entanto eu tenho certeza que nós deveríamos aproveitar essa grande oportunidade para rever e realmente tornar mais justas as cobranças das custas judiciais, já que nós temos hoje, infelizmente no País, umas custas altíssimas e que inviabiliza qualquer cidadão comum, exceto aqueles de maiores remunerações podem ter acesso à justiça. Infelizmente os cartórios em algumas regiões tem realmente muita tarefa, alguns deles até com dificuldade, mas a média geral é realmente que os fóruns, o Poder Judiciário está descapitalizado, está desestruturado, e muitas vezes os cartórios não estão tão ruins assim.

Então, nesse momento, apesar de serem custas processuais nos juizados especiais, nós entendemos que não é momento de nós onerarmos ainda mais aquela pequena parcela que tem acesso à justiça. Acho que é o momento que nós deveremos refletir para que nós possamos talvez nesse momento aproveitar a oportunidade de, perante a sociedade, nos manifestar, e colocarmos a nossa opinião o que achamos, do que

entendemos justo sobre as questões das custas judiciais. A questão de ordem do deputado Waldyr Pugliesi cita o artigo 33, § 3º, onde esse projeto não teve a sua análise por parte da Comissão de Finanças, que compete manifestar-se sobre todas as proposições, inclusive as de outras comissões que concorram para aumentar ou diminuir a despesa pública. Na verdade nós entendemos que esta é uma despesa pública e no entanto deveria passar pelo crivo da Comissão de Finanças para que nós pudessemos ter uma avaliação mais apurada e poder votar sem criar um conflito, ou com o Poder Judiciário, ou com o Cartório, ou quem quer que seja.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

A Presidência passa a decidir a questão de ordem levantada pelo deputado Waldyr Pugliesi. Determinamos o encaminhamento do Projeto à Comissão de Finanças.

**O SR. WALDIR PUGLIESI (Pela Ordem)**

Agradeço Vossa Excelência.

**O SR. NELSON TURECK (Pela Ordem)**

Senhor presidente, eu queria registrar a presença nas galerias do prefeito da cidade de Nova Cantu, senhor Airon Agnolin.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Sobre a mesa, requerimento nº 659, de autoria dos deputados Nereu Moura, Orlando Pessuti e Edno Guimarães, constante do expediente. **Em discussão.**

**O SR. WALDYR PUGLIESI**

Senhor presidente, eu gostaria de solicitar a Vossa Excelência esta votação para segunda-feira.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Nós demos entrada no dia de ontem quando já estava encerrada a votação.

**O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA**

Senhor presidente, para discutir.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Adia-se na forma regimental.

Requerimento nº 665, de autoria dos senhores deputados Eli Ghellere e Luciana Rafagnin, constante do expediente. **Retirado pelos autores.**

**O SR. DURVAL AMARAL (Pela Ordem)**

Não querendo fazer uma correção mas ele pede um posicionamento deste Parlamento para que os deputados federais se posicionem favoravelmente a constituição de uma CPI no Congresso Nacional. Acredito que seja interferência, indevida, de Poder, razão pela qual nós não podemos aprovar este requerimento. Pediria que ele fosse lido no seu inteiro teor.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Edno Guimarães**)

Está em discussão o requerimento, votação...

O SR. DURVAL AMARAL

Verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Senhores deputados que aprovam o requerimento, queiram levantar-se.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO (**Pela Ordem**)

Eu voto contrariamente o requerimento porque no meu entendimento a Mesa não poderia receber esses pedidos.

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN

Senhor presidente, senhores deputados, eu acredito que essa Casa, e nós temos um dever enorme de lutar principalmente pela democracia do nosso País, e acredito que a manifestação nesse requerimento é muito importante dos senhores parlamentares. Um governo que nada deve, nada teme. Então, eu gostaria de pedir o apoio dos senhores parlamentares no voto favorável a esse requerimento, para que esse requerimento vá aos nossos deputados federais e senadores, no sentido de reforçar que essa CPI seja aprovada e com certeza e não tiver nada de errado vai ser colocado isso em aberto a todos os brasileiros. Por isso, gostaria de pedir o voto favorável de todos os senhores deputados.

O SR. ALGACI TULIO (**Questão de Ordem**)

Senhor presidente, eu entendo em primeiro instante que este requerimento não pode ser crivo de votação porque não cabe a esta Assembléia votar um requerimento, cabe a ela sim apoiar o requerimento, a Mesa recebe e dá o encaminhamento. Segundo lugar, eu não estou constrangido e voto favorável se tiver que votar o requerimento, mas acho, senhor presidente, uma falta de consideração e me perdoe aqui, o autor do requerimento não está em Plenário, discutimos isso ontem na Mesa inclusive, esta Casa tem que parar de colocar requerimento, tem deputado que vem aqui, passa a abertura da sessão, enche a Mesa de requerimentos, vai embora e não fica na sessão. Acho que o deputado Eli Ghellere que fez o requerimento deveria estar aqui neste momento, até para defender o seu requerimento e até para votar o seu próprio requerimento, quer dizer, nos deixa, não a mim, mas deixa talvez alguns parlamentares numa situação até constrangedora, de colocar um requerimento na Mesa e não estar aqui para defender e nem para votar o seu requerimento.

Acho que a partir de agora, senhor presidente, como o senhor ontem tomou algumas posições já, até para moralizar esta Casa e até para exigir a presença, porque o mínimo que um parlamentar tem que fazer é estar em Plenário no dia da sessão.

Agora, vem, coloca o requerimento, não está aqui e nós ficamos aqui, alguns, se desgastando aqui por posições políticas para votar sim ou não ao requerimento. Esta é a posição, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Informo a Vossa Excelência que o requerimento é formulado pelo deputado Eli Ghellere e pela deputada Luciana Rafagnin.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, eu não tenho nada contra o requerimento, acho até um requerimento importante, porque ontem eu assistindo a TV Senado, vi uma série de pronunciamentos, mas a CPI já caiu por terra, deputada, já caiu por terra, hoje todos os jornais brasileiros, "Folha de São Paulo", o único pronunciamento ontem importantíssimo foi do senador Roberto Requião, a respeito dessa CPI, que ele bateu forte, bateu duro, e lamentavelmente deixaram o senador Roberto Requião sozinho e o próprio PDMB não votou, não assinou, e o senador foi firme, realmente. E não foi só o PMDB, foi PFL, foi um monte de outros partidos. Então, eu estava lendo os jornais ontem e acompanhando também a TV Senado e a CPI caiu por terra, mas eu voto com Vossa Excelência.

O SR. EDSON STRAPASSON

Senhor presidente, senhores deputados. Sabemos que a matéria foi colocada, está em processo de votação, mas que quero aqui colocar nossa opinião e concordando em termos com o deputado Algaci, evidentemente Eli Ghellere não costuma chegar a esse Plenário e apresentar o requerimento e sair. Por motivos que nós não conhecemos ele não está presente, mas está presente a deputada Luciana.

No entanto, em se tratando de um requerimento para deputados e senadores, nós entendemos da mesma forma que o deputado Algaci, que nós não temos competência de aprovar ou exigir ou requerer que ele se manifeste pró contra a CPI Nacional.

No entanto, em defesa da moralidade, e eu esses dias ouvindo a televisão, nós ouvimos até o presidente dizer que realmente qualquer combate à corrupção nesse País, não seria bem vindo neste momento porque afetaria o desempenho do Brasil lá fora. Nunca vi nenhum país do mundo, ter a sua imagem colocada de forma negativa no exterior por estar combatendo a corrupção. Isso é lógico! Agora, eu acho que nós deveríamos ao invés de votar o requerimento manifestar o apoio desse requerimento, até para que os deputados tivessem a nível federal a imagem do que pensam do que acham que deve se feito na nossa Assembléia Legislativa.

Então, neste caso eu imagino que nós deveríamos aqui colocar uma moção de apoio ao requerimento mas não aprovando o requerimento da forma regimental.

**O SR. DURVAL AMARAL (Pela Ordem)**

Consulto Vossa Excelência sobre a possibilidade, ao invés desse requerimento ser submetido a voto nesse Plenário, porque todos nós somos implacáveis contra a corrupção em todas as esferas de governo. Agora, nós temos que nos comportar como um Parlamento e tenho certeza que esse é o objetivo de todos nós deputados, não podemos sugerir como deve se posicionar o Congresso Nacional, seria uma interferência indevida de poder.

Quem sabe esse requerimento pudesse seguir apenas como uma indicação da deputada Rafagnin e também do deputado Eli Ghelleri. Não como um requerimento aprovado pelo Parlamento do Estado do Paraná, que realmente nos deixaria numa situação muito confortável.

Nós não estamos aqui vivendo o clima de Câmara Municipal, nós temos que saber efetivamente quais são as nossas atribuições e as nossas responsabilidades.

**A SRA. LUCIANA RAFAGNIN (Pela Ordem)**

Senhor presidente, diante da polêmica criada com os demais companheiros deputados, eu vou pedir a retirada desse requerimento. Com certeza, na semana que vem nós estaremos rerepresentando esse requerimento, quem sabe de uma forma em que os deputados consigam entender melhor o que nós queremos dos nossos deputados estaduais e deputados federais.

Peço a retirada. Na semana que vem deveremos rerepresentar o requerimento.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

**Está retirado.**

**O SR. GERALDO CARTÁRIO (Pela Ordem)**

Só para aproveitar a oportunidade que este requerimento nos trouxe, para dizer aos companheiros, que quem é governo preserva o governo.

Meus parabéns ao PSDB.

**O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (Pela Ordem)**

Gosto do deputado Geraldo Cartário, é uma pessoa inteligente a quem eu respeito. A Bancada do PSDB nem se pronunciou a respeito do requerimento, com certeza se pronunciaria se o senhor não tivesse retirado.

Muito obrigado.

**O SR. HIDEKAZU TAKAYAMA (Pela Ordem)**

Só para me solidarizar com o nobre companheiro deputado Nelson Tureck, apresentando as boas-vindas ao prefeito lá de Nova Cantu, desejar a ele um feliz mandato e agradecer a presença dele aqui no nosso Plenário.

Requerimento nº 617, de autoria do senhor deputado José Maria Ferreira, constante do expediente de sessão anterior - Retirado pelo autor

**SR. DURVAL AMARAL**

Senhor presidente, nós só gostaríamos de saber o teor do requerimento que está sendo votado, a súmula só.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

“Requer envio de Expediente à Secretaria de Estado de Transportes, solicitando informações sobre o custo financeiro da construção da ponte Guaíra-Mundo Novo.”

Para Encaminhar com a palavra do deputado Durval Amaral.

**O SR. DURVAL AMARAL (Para Encaminhar)**

Senhor presidente, nós entramos em contato com o secretário dos Transportes, Nelson Justus, e efetivamente ele já disponibilizou todo o material necessário com relação à ponte sobre Guaíra. E nós queremos consultar ao deputado José Maria se ele poderia retirar o requerimento, porque todas as informações estão disponíveis e ainda mais: é um contrato muito antigo, que foi aditivado e que o secretário dos Transportes, inclusive, da época, secretário Deni Schwartz já esteve nesta Casa, na Assembleia Legislativa, prestando todas as informações à época. Acredito até que o deputado José Maria já era deputado. Mas, mesmo assim, se ele insistir nas informações, poderão ser encaminhadas sem nenhum problema, diretamente, ao deputado.

**O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (Para Encaminhar)**

Senhor presidente, eu me recordo, sim, da presença do ex-deputado e então secretário Deni Schwartz a esta Casa. Só que o processo da construção da ponte estava em andamento. E o que nós buscamos, justamente, com este requerimento, é justamente conhecer seu custo e suas conseqüências sobre o impacto financeiro no Estado.

Concordo. Meu objetivo não é ter o requerimento aprovado, mas meu objetivo são as informações. E se o deputado líder do Governo assegura que este deputado terá as informações, não há dúvidas de que este deputado retira e não há necessidade de aprovação.

**O SR. DURVAL AMARAL**

Com toda a certeza, deputado.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Por solicitação do autor, fica **retirado o requerimento**.

Requerimento nº 618, de autoria do senhor deputado José Maria Ferreira, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.**

**O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (Para Encaminhar).**

É um requerimento simples. Até no desdobramento da própria situação que colocou aqui, o deputado Valdir Rossoni e deputado Durval Amaral, atribuindo responsabilidades aos 60 mil funcionários celetistas que foram colocados no quadro próprio do Estado. Ora! O que nós temos? Primeiro, precisamos observar quanto o governo do Estado recolheu nestes últimos 75 meses de

administração ao IPE, para ver se também ele cumpriu as responsabilidades?

Segundo: quanto o governo federal transferiu aos cofres do Estado do Paraná ou mais propriamente à Paraná Previdência, a título de compensação das aposentadorias efetuadas pelo Estado do Paraná, de servidores do Estado do Paraná e que tiveram tempo de contribuição dentro do sistema de previdência geral.

É um requerimento simples. Eu acho que o deputado Durval Amaral, na condução da Liderança do governo não vai ter impedimento a isto.

**O SR. DURVAL AMARAL (Para Encaminhar)**

Nós vamos nos posicionar, inclusive, pela aprovação do Requerimento, porque o problema previdenciário do Estado do Paraná é uma herança herdada pelo governador Jaime Lerner, de todos os ex-governadores. Seria injusto, até, atribuímos responsabilidades exclusiva a este ou aquele governante. É um processo que vem ao longo dos anos efetivamente nós já tínhamos decidido pela aprovação do requerimento e vamos aprová-lo.

**O SR. EDSON STRAPASSON**

...também não pagou nada como vários governantes não pagaram. Então essa questão previdenciária -CLT - Governo Federal - é uma compensação do regime celetista que realmente pagavam a previdência, e, na verdade, é uma herança que temos, não de um governo, de todos e que o governo federal deve ressarcir o Estado. Não é um débito com o Estado, é um ressarcimento que o Estado tem direito.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Aprovado.

**O SR. EDSON STRAPASSON (Pela Ordem)**

Só para colocar para o deputado Durval Amaral que esta questão, evidentemente, é uma questão importante na medida em que ela trata da compensação financeira do governo federal aos Estados e municípios, segundo os critérios da lei federal.

Sabemos que muitas vezes o governo federal é injusto com os fundos municipais e com o governo do Estado.

Cabe a esta Casa, a todos nós, sociedade, discutirmos isto e sabermos, realmente, quanto foi o valor da compensação. No entanto, eu entendo que esta questão previdenciária, como citou o deputado Durval, não é uma questão de um governo. E se formos analisar quanto, efetivamente, o governador Jaime Lerner, pagou do fundo, por não ter um fundo formado, também não pagou nada...

Requerimento nº 620, de autoria do deputado Algaci Tulio, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.**

**O SR. DURVAL AMARAL (Pela Ordem)**

Solicito verificação de votação.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Os deputados que aprovam, queiram levantar-se.

**Aprovado.**

Requerimento nº 660, de autoria do senhor deputado Eli Ghellere, com apoio do senhor deputado Edno Guimarães, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 661, de autoria do senhor deputado Custódio da Silva, com apoio do senhor deputado Edno Guimarães, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 664 e 670, de autoria do senhor deputado Algaci Tulio, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 668, de autoria do senhor deputado Waldyr Pugliesi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 669, de autoria do senhor deputado Caíto Quintana, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 671 e 672, de autoria do senhor deputado Ricardo Maia, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 633, de autoria do senhor deputado Marcos Isfer, com apoio do senhor deputado Cezar Silvestri, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

### Explicações Pessoais:

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Em Explicações Pessoais, concedo a palavra ao senhor deputado Custódio da Silva, inscrito.

**O SR. CUSTÓDIO DA SILVA**

Senhor presidente, senhores deputados, senhoras deputadas.

Ocupamos a tribuna deste Legislativo Estadual pela primeira vez, para falar sobre o projeto de lei que estamos encaminhando à Mesa, que autoriza o Poder Executivo estadual a instituir junto às Delegacias Especializadas e Distritos Policiais do Estado do Paraná, o Serviço de Atendimento Psicossocial.

É de conhecimento de todos os senhores deputados, das dificuldades constatadas, principalmente para as vítimas de crimes violentos e hediondos, dificuldades que se agravam ainda mais, quando a vítima é de origem humilde e do sexo feminino.

Se não bastasse o trauma da ação criminosa sofrida, que pode se traduzir em graves seqüelas psicológicas, pela insistência de atendimento psicossocial, e que poderá refletir no acompanhamento futuro da vítima, o constrangimento por que passam, muitas

vezes pela insensibilidade por parte da autoridade policial, acabam por inibir o próprio registro da ocorrência e o exercício fundamental do direito de Justiça.

A instituição do Serviço de Atendimento Psicossocial, virá contribuir para a retomada do seu cotidiano, permitindo à vítima e a própria família, superar as consequências advindas da violência sofrida, reduzindo os danos psicossociais.

Senhor presidente, senhores deputados, senhoras deputadas.

Um projeto piloto da atendimento psicossocial em andamento desde junho de 1999, junto ao 3º Distrito Policial da Capital, ao 8º Distrito Policial, Delegacia Anti Tóxicos, Delegacia da Mulher, Delegacia de Furtos e Roubos, Instituto Médico Legal e Serviço de Investigação de Crianças Desaparecidas, apresentam resultados dos mais importantes.

Relatório em nossa mãos, da Unidade de Atendimento Psicossocial implantado junto ao 3º Distrito Policial, prova a otimização dos trabalhos de recuperação e integração social, tanto das vítimas, como de delinquentes, principalmente àqueles que cometem pequenos delitos, ou delitos leves, e seus respectivos familiares, estreitando as relações Polícia/Povo.

Pelo relatório da Unidade de Atendimento Psicossocial junto ao 3º Distrito Policial, constata-se que a clientela é culturalmente desprovida, considerando que 91% possuem apenas o 1º grau.

Com o presente projeto de lei, visamos otimizar e expandir os serviços prestados aos demais Distritos Policiais e Delegacias Especializadas, tanto na Capital, como do interior do Estado, para melhorar, dar maior qualidade no atendimento à população por parte da Polícia, criando um novo relacionamento, um relacionamento de confiança nos organismos policiais.

Por tratar-se de um assunto que ao nosso ver é da maior importância, pedimos a esta Casa, através dos nobres senhores deputados, o apoio à nossa iniciativa, por que entendemos que o nosso povo, principalmente os mais humildes, precisam receber melhor tratamento quando buscam seus direitos, os sagrados direitos de justiça.”

Senhor presidente, senhores deputados, estamos encaminhando a esta Casa alguns projetos de lei que vem realmente buscar junto ao povo do Paraná esta igualdade social que tanto nos preocupa no dia-a-dia.

Muito obrigado, senhor presidente e senhores deputados.

**O SR.PRESIDENTE (Irineu Colombo)**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 02, à hora regimental, com a seguinte

## ORDEM DO DIA:

**EM VOTAÇÃO**

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 052, 057, 097, 104, 216, 344, 391 e 616/99.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 007, 008 e 037/2001.

Levanta-se a sessão.

## Atas de Comissão:

**COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE**  
**3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA**  
**ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Aos vinte dias do mês de março do ano de dois mil e um, reuniu-se na sala de Reuniões das Comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Ecologia do Meio Ambiente, sob a presidência do senhor deputado Beraldin e com a presença dos seguintes deputados: Algaci Tulio, Cleiton Kielse Crisóstomo e da deputada Luciana Rafagnin. Havendo número legal o senhor presidente deu por iniciada a presente reunião. Ele agradece aos nobres pares a sua eleição pelos próximos 2 (dois) anos. O senhor presidente faz um emocionado relato do que viu sobre o hediondo desastre ecológico ocorrido no município de Adrianópolis, em que a população local está contaminada com altas taxas de chumbo no sangue, conforme notas taquigráficas em anexo. Os deputados presentes solicitam que esta Comissão faça uma investigação junto aos órgãos competentes para assim iniciarem a elucidação dos fatos ocorridos. Fica aprovado que esta Comissão se reunirá novamente no dia vinte e seis de março do corrente ano, a fim de ouvir os esclarecimentos dos senhores Mário Sérgio Razera; presidente do Instituto Ambiental do Paraná; José Carlos Leprevost; proprietário da Mineradora Plumbum do Brasil; e Mário Taguchi; proprietário de resíduos de chumbo. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente deu por encerrada a presente reunião, e para constar eu, Luciane Andretta, secretária da Comissão, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada será assinada pelo senhor presidente, demais membros e por mim para que produza os efeitos legais.

(aa) BERALDIN - Presidente  
Luciane Andretta - Secretária

**COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE**  
**3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA**  
**ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Aos vinte e seis dias do mês de março do ano de dois mil e um, reuniu-se na sala de Reuniões das Comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão

de Ecologia do Meio Ambiente, sob a presidência do senhor deputado Beraldin e com a presença dos seguintes deputados: Algaci Tulio, Cleiton Kielse Crisóstomo e Geraldo Cartário. Havendo número legal o senhor presidente deu por iniciada a presente reunião, aprovando a Ata da reunião anterior. Contamos com a presença do Ministério Público, na pessoa do doutor Saint Clair Santos; procurador da Justiça; e do doutor Joel Carneiro; promotor da Justiça do município de Bocaiuva do Sul. O senhor presidente concede a palavra ao senhor Mário Sérgio Razera; presidente do Instituto Ambiental do Paraná; que veio acompanhado da senhora Luciana Roda; coordenadora de Recursos Hídricos da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos; que prontamente compareceram a esta Casa de Leis, a fim de contribuir com importantes informações acerca dos graves fatos ocorridos no município de Adrianópolis. também estiveram presentes os senhores Teodoro Marques de Oliveira e Claudio Pedro de Lima; respectivamente prefeito e vice-prefeito do município em questão. Sob forte emoção e com os olhos embargados de lágrimas o vice-prefeito fez uma explanação, onde exaltou as inúmeras qualidades do município de Adrianópolis e mostrou sua indignação com o estado em que o município se encontra. O senhor presidente enfatiza que esta Comissão tem o propósito de historiar os fatos, para assim poder punir os culpados pela alta taxa de minerais no sangue da população, mediante ajuda dos órgãos competentes, conforme notas taquigráficas em anexo. Fica aprovado que esta Comissão novamente se reunirá na próxima quarta-feira, dia vinte e oito de março do corrente ano, a fim de ouvir os estabelecimentos dos senhores José Carlos Leprevost; proprietário de resíduos de chumbo; e doutor Osman Barick; médico (funcionário por vinte anos na Plambum). Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente deu por encerrada a presente reunião, e para constar eu, João Suplicy de Lacerda, secretário da Comissão, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada será assinada pelo senhor presidente, demais membros e por mim para que produza os efeitos legais.

(aa) BERALDIN - Presidente

João Suplicy de Lacerda - Secretário

**COMISSÃO DE FINANÇAS**  
**3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA**  
**ATA DA INSTALAÇÃO**

Aos cinco dias do mês de março do ano de dois mil e um, reuniram-se na sala de Reuniões das Comissões os membros indicados pela Lideranças para comporem esta Comissão, com o fim específico de proceder sua instalação e a eleição para presidente e vice-presidente, presidida na forma regimental pelo deputado Elio Rusch, vice-presidente da Comissão Executiva. Verificada a existência legal, o senhor presidente declarou instalada a Comissão, passando em seguida para a eleição. Procedido o sufrágio, constatou-se a maioria dos votos nos nomes dos

deputados Ademir Bier e Marcos Isfer para presidente e vice-presidente, respectivamente. Assumindo o cargo para o qual eleito, o deputado Ademir Bier agradeceu a especial deferência de seus nobres pares. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar, eu, Severo Olimpio Sotto Maior, Diretor Legislativo, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente e demais membros, para que produza os efeitos legais.

(aa) ELIO LINO RUSCH, BERALDIN, LUIZ ACCORSI, MARCOS ISFER, DUÍLIO GENARI, GERALDO CARTÁRIO, ÂNGELO VANHONI E ADEMIR BIER

**COMISSÃO DE FINANÇAS**  
**3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA**  
**ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Aos quatorze dias do mês de março do ano de dois mil e um, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Finanças, na sala de Reuniões das Comissões, presidida pelo senhor deputado Ademir Bier e com a presença dos seguintes deputados: Duílio Genari, Marcos Isfer e Luiz Accorsi. Não havendo expediente a ser lido, o senhor presidente dá início aos trabalhos, solicitando ao secretário que proceda a leitura da Ata da reunião anterior. O senhor deputado Duílio Genari requer a dispensa da leitura. O senhor presidente defere. A seguir passou-se à Ordem do Dia. 01) Projeto de Lei nº 017/2001, de autoria do deputado Fernando Ribas Carli. Relator deputado Duílio Genari. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada será assinada pelo senhor presidente, pelos senhores deputados presentes, e por mim Wilson Penka, secretário da Comissão.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente  
Wilson Penka - Secretário

**COMISSÃO DE FINANÇAS**  
**3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA**  
**ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Aos vinte e oito dias do mês de março de dois mil e um, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Finanças, na sala de reuniões das Comissões, presidida pelo senhor deputado Ademir Bier, mais a presença dos seguintes senhores deputados: Duílio Genari, Marcos Isfer, Geraldo Cartário e Beraldin. Não havendo expediente a ser lido, o senhor presidente dá início aos trabalhos, solicitando ao secretário que proceda a leitura da Ata da reunião anterior. O senhor deputado Duílio Genari requer a dispensa da leitura. O senhor defere. A seguir passou-se à Ordem do Dia. 01) Projeto de Lei nº 168/2000, de autoria do deputado Antonio Carlos Baratter. Relator deputado Beraldin. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO; 02) Pro-

jeto de Lei nº 316/2000, de autoria do deputado Divanir Braz Palma. Relator deputado Geraldo Cartário. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 366/2000, de autoria do deputado Pastor Edson Praczyk. Relator deputado Geraldo Cartário. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO; 04) Projeto de Lei nº 382/2000, de autoria do deputado Irineu Colombo. Relator deputado Ademir Bier. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO; 05) Projeto de Lei nº 27/2001, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 08/2001. Relator Ademir Bier. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar e produzir os efeitos legais lavrei a presente Ata que após lida e aprovada será assinada pelo senhor presidente, pelos senhores deputados presentes, e por mim Wilson Penka, secretário da comissão.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente  
Wilson Penka - Secretário

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA  
ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte dias do mês de março de dois mil e um, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do senhor deputado Basílio Zanusso e com a presença dos seguintes senhores deputados: Algaci Tulio, Duílio Genari, Antonio Carlos Belinati, Serafina Carrilho, Orlando Pessuti, Caíto Quintana, Sérgio Spada, José Maria Ferreira e mais os deputados Chico Noroeste, Irineu Colombo e Beraldin. Havendo número legal, o senhor presidente deu por aberta a presente reunião. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 045/2001, de autoria do deputado Antonio Eli Ghellere. Parecer FAVORÁVEL do deputado Algaci Tulio, na forma da emenda anexa - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 344/99, de autoria do deputado Péricles Mello. Parecer FAVORÁVEL do deputado Algaci Tulio, à emenda de Plenário - APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 132/2000, de autoria do Poder Judiciário. Parecer FAVORÁVEL do deputado Algaci Tulio, na forma do Substitutivo Geral - APROVADO; 04) Projeto de Lei nº 035/2001, de autoria do deputado Cesar Seleme. Parecer FAVORÁVEL do deputado Carlos Simões - APROVADO; 05) Projeto de Lei nº 040/2001, de autoria do deputado Nelson Tureck. Parecer FAVORÁVEL do deputado Carlos Simões, na forma da emenda anexa - APROVADO; 06) Projeto de Lei nº 037/2001, de autoria do deputado Cesar Seleme. Parecer FAVORÁVEL do deputado Ademar Traiano - APROVADO; 07) Projeto de Lei nº 014/2001, de autoria do deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL do deputado Carlos Simões - APROVADO; 08) Projeto de Lei nº 033/2001, de autoria do deputado Plauto Miró Guimarães. Parecer FAVORÁVEL do deputado Carlos Simões - APROVADO; 09) Projeto de Lei nº 006/2001, de autoria do deputado Nelson Tureck. Parecer FAVORÁVEL do deputado Carlos Simões - APROVADO; 10)

Projeto de Lei nº 008/2001, de autoria do deputado Nelson Justus. Parecer FAVORÁVEL do deputado Carlos Simões - APROVADO; 11) Projeto de Lei nº 007/2001, de autoria do deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL do deputado Carlos Simões - APROVADO; 12) Projeto de Lei nº 166/2000, de autoria do deputado Nelson Justus. Parecer FAVORÁVEL do deputado Carlos Simões - APROVADO; 13) Projeto de Lei nº 130/2000, de autoria do deputado Nelson Justus. Parecer FAVORÁVEL do deputado Carlos Simões - APROVADO; 14) Projeto de Lei nº 438/2000, de autoria do deputado Beto Richa. Parecer FAVORÁVEL do deputado Carlos Simões - APROVADO; 15) Projeto de Lei nº 287/2000, de autoria do deputado Nelson Justus. Parecer FAVORÁVEL do deputado Carlos Simões - APROVADO; 16) Proposição-Veto nº 003/2001, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL ao encaminhamento à Plenário, do deputado Carlos Simões - APROVADO; 17) Proposição-Veto nº 019/2001 de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL ao encaminhamento à Plenário, do deputado Carlos Simões - APROVADO; 18) Proposição-Veto nº 006/2001 de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL ao encaminhamento à Plenário do deputado Carlos Simões - APROVADO; 19) Proposição-Veto nº 017/2001 de autoria do Poder Executivo que veta o Projeto de Lei nº 124/99, de autoria do deputado José Maria Ferreira Parecer FAVORÁVEL ao encaminhamento à Plenário, do deputado Carlos Simões - APROVADO; 20) Projeto de Lei nº 377/2000, de autoria do deputado Hidekazu Takayama. Parecer FAVORÁVEL do deputado Carlos Simões - APROVADO; 21) Projeto de Lei nº 057/99, de autoria do deputado Irineu Colombo. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari às emendas de Plenário - APROVADO; 22) Projeto de Lei nº 216/99, de autoria do deputado Tony Garcia. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari à emenda de Plenário - APROVADO; 23) Projeto de Lei nº 010/2001, de autoria do deputado Ricardo Maia. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari - APROVADO; 24) Projeto de Lei nº 097/99, de autoria do deputado Beto Richa. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari às emendas de Plenário - APROVADO; 25) Projeto de Lei nº 267/99 e 159/2000 (anexos), de autoria dos deputados Ademir Bier e Fernando Ribas Carli. Parecer FAVORÁVEL do deputado Plauto Miró Guimarães às emendas de Plenário, na forma da subemenda substitutiva anexa - APROVADO; 26) Projeto de Lei nº 435/2000, de autoria do deputado José Maria Ferreira. Parecer FAVORÁVEL do deputado Orlando Pessuti - APROVADO; 27) Proposição-Veto nº 029/2001, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL ao encaminhamento à Plenário, do deputado Orlando Pessuti - APROVADO; 28) Proposição-Veto nº 008/2001, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL ao encaminhamento, do deputado Orlando Pessuti - APROVADO; 29) Proposição-Veto nº 013/2001, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL ao encaminha-

mento à Plenário, do deputado José Maria Ferreira - APROVADO; 30) Proposição-Veto nº 022/2001 de autoria do Poder Executivo que veta o Projeto de Lei nº 296/2001, de autoria do deputado Augustinho Zucchi. Parecer FAVORÁVEL ao encaminhamento à Plenário, do deputado José Maria Ferreira - APROVADO; 31) Projeto de Lei nº 18/2001, de autoria do deputado Hidekazu Takayama. Concedido vistas ao deputado Algaci Tulio; 32) Proposição-Veto nº 018/2001 de autoria do Poder Executivo que veta o Projeto de Lei nº 053/2000, de autoria do deputado Ademir Bier. Concedido vistas ao deputado Antonio Carlos Belinati; 33) Proposição-Veto nº 023/2001 de autoria do Poder Executivo que veta o Projeto de Lei nº 009/99, de autoria do deputado Ângelo Vanhoni. Parecer FAVORÁVEL ao encaminhamento à Plenário, do deputado Caíto Quintana - APROVADO; 34) Proposição-Veto nº 002/2001 de autoria do Poder Executivo que veta o Projeto de Lei nº 276/2000, de autoria do deputado Luiz Carlos Zuk. Parecer FAVORÁVEL ao encaminhamento à Plenário, do deputado Caíto Quintana - APROVADO; 35) Projeto de Lei nº 022/2001, de autoria do deputado Eli Ghellere. Parecer FAVORÁVEL do deputado Caíto Quintana - APROVADO; 36) Projeto de Lei nº 429/2000, de autoria do deputado Plauto Miró Guimarães. Parecer FAVORÁVEL do deputado Chico Noroeste, na forma da emenda anexa - APROVADO; 37) Projeto de Lei nº 396/2000 de autoria do deputado Hidekazu Takayama. Parecer FAVORÁVEL do deputado Marcos Isfer - APROVADO; 38) Proposição-Veto nº 31/2001 de autoria do Poder Executivo que veta o Projeto de Lei nº 155/99, de autoria do deputado José Maria Ferreira. Parecer FAVORÁVEL ao encaminhamento à Plenário, do deputado Marcos Isfer - APROVADO; 39) Proposição-Veto nº 005/2001, de autoria do Poder Executivo que veta o Projeto de Lei nº 386/2000, de autoria do deputado Nelson Justus. Parecer FAVORÁVEL ao encaminhamento à Plenário, do deputado Marcos Isfer - APROVADO; 40) Proposição-Veto nº 007/2001, de autoria do Poder Executivo que veta o Projeto de Lei nº 337/2000, de autoria do deputado Geraldo Cartário. Parecer FAVORÁVEL ao encaminhamento à Plenário, do deputado Marcos Isfer - APROVADO; 41) Projeto de Lei nº 052/99 de autoria do deputado Augustinho Zucchi, Carlos Simões e Irineu Colombo. Parecer FAVORÁVEL do deputado Ademar Traiano à emenda de Plenário - APROVADO. 42) Proposição-Veto nº 001/2001, de autoria do Poder Executivo que veta o Projeto de Lei nº 314/2000, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL ao encaminhamento à Plenário, do deputado Antonio Carlos Belinati - APROVADO. 43) Projeto de Lei nº 408/2000, de autoria do deputado Cleiton Kielse. Concedido vistas ao deputado Orlando Pessuti; 44) Projeto de Lei nº 414/2000 de autoria do deputado Luiz Accorsi. O deputado relator Antonio Carlos Belinati requer diligência junto à Copel - Companhia de Energia do Paraná, Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Secretaria de Obras e IAP - Instituto

Ambiental do Paraná - DEFERIDO; 45) Projeto de Lei nº 403/2000, de autoria do deputado Moysés Leônidas. Parecer FAVORÁVEL do deputado Antonio Carlos Belinati, na forma da emenda anexa - APROVADO; 46) Projeto de Lei nº 269/2000 de autoria do deputado Edson Praczyk. Concedido Vistas ao deputado Caíto Quintana; 47) Projeto de Lei nº 27/2001, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do deputado Antonio Carlos Belinati - APROVADO; 48) Projeto de Lei nº 003/2001 de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 004/2001. Concedido vistas ao deputado Orlando Pessuti. 49) Projeto de Lei nº 391/2000 de autoria do deputado Divanir Braz Palma. Parecer FAVORÁVEL do deputado Moysés Leônidas - APROVADO; 50) Projeto de Lei nº 401/2000 de autoria do deputado Luiz Accorsi. Parecer FAVORÁVEL do deputado Moysés Leônidas - APROVADO; 51) Proposição-Veto nº 14/2001, de autoria do Poder Executivo que veta o Projeto de Lei nº 198/2000, de autoria do deputado Ricardo Maia. Parecer FAVORÁVEL ao encaminhamento à Plenário, do deputado Moysés Leônidas - APROVADO; 52) Proposição-Veto nº 09/2001 de autoria do Poder Executivo que veta o Projeto de Lei nº 375/2000, de autoria do deputado Luiz Accorsi. Parecer FAVORÁVEL ao encaminhamento à Plenário, do deputado Moysés Leônidas - APROVADO; 53) Proposição-Veto nº 030/2001 de autoria do Poder Executivo que veta o Projeto de Lei nº 404/99, de autoria do deputado Irineu Colombo. Parecer FAVORÁVEL ao encaminhamento à Plenário, do deputado Moysés Leônidas - APROVADO; 54) Projeto de Lei nº 427/2000 de autoria do deputado Plauto Miró. Parecer FAVORÁVEL do deputado Sérgio Spada - APROVADO; 55) Projeto de Lei nº 012/2000 de autoria do deputado Antonio Anibelli. Parecer FAVORÁVEL do deputado Sérgio Spada - APROVADO; 56) Projeto de Lei nº 616/99 de autoria do deputado Ricardo Maia. Parecer FAVORÁVEL do deputado Sérgio Spada à emenda de Plenário - APROVADO; 57) Projeto de Lei nº 347/2000 de autoria do deputado Chico Noroeste. Parecer FAVORÁVEL da deputada Serafina Carrilho à emenda de Plenário - APROVADO; 58) Proposição-Veto nº 036/2001, de autoria do Poder Executivo que veta o Projeto de Lei nº 005/2000, de autoria do deputado Luiz Fernandes Litro. Parecer FAVORÁVEL ao encaminhamento à Plenário, da deputada Serafina Carrilho - APROVADO; 59) Projeto de Lei nº 01/2001, de autoria do Poder Executivo. Concedido vistas ao deputado Caíto Quintana; 60) Projeto de Lei nº 032/2001, de autoria do deputado Moysés Leônidas. Parecer FAVORÁVEL da deputada Serafina Carrilho, na forma da emenda anexa - APROVADO; 61) Projeto de Lei nº 057/2001, de autoria do deputado Luiz Accorsi. Parecer FAVORÁVEL da deputada Serafina Carrilho - APROVADO; 62) Projeto de Lei nº 079/2000, de autoria do deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL da deputada Serafina Carrilho - APROVADO; 63) Projeto de Lei nº 54/2001 de autoria do deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL da

Deputada Serafina Carrilho - APROVADO; 64) Projeto de Lei nº 050/2000 de autoria do deputado Hidekazu Takayama. Parecer FAVORÁVEL da deputada Serafina Carrilho na forma da emenda anexa - APROVADO; 65) Projeto de Lei nº 016/2001, de autoria do deputado Valdir Rossoni. Parecer FAVORÁVEL da deputada Serafina Carrilho, na forma da emenda anexa- APROVADO. Nada

mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente ata que após lida e aprovada será assinada pelo senhor presidente, pelos senhores deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e secretária desta comissão.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
Ana Lúcia Andretta - Secretária